Demonstrações Financeiras Consolidadas

Preparadas de Acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - IFRS

31 de dezembro de 2024

BANCO PINE

Índice

Relatório do Auditor Independente ... 1
Relatório da Administração ... 10
Balanço Patrimonial Consolidado ... 15
Demonstração do Resultado Consolidada ... 16
Demonstração do Resultado Abrangente Consolidada ... 17
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidada ... 18
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada (Método Indireto) ... 19

Notas Explicativas
1. Contexto Operacional ... 20
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras ... 20
3. Principais Práticas Contábeis ... 20
4. Segmentos Operacionais ... 27
5. Caixa e Equivalentes de Caixa ... 27
6. Empréstimos e Adiantamentos a Instituições Financeiras ... 27
7. Instrumentos Financeiros de Dívida e de Capital ... 28
8. Instrumentos Financeiros Derivativos para Negociação (Ativo e Passivo) e *Hedge* ... 28
9. Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, Garantias Prestadas e Títulos com Risco de Crédito ... 30
10. Carteira de Ativos Financeiros por Estágio e Provisão para Perdas de Crédito Esperadas ... 32
11. Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda ... 32
12. Devedores Por depósito em Garantia ... 33
13. Outros Ativos ... 33
14. Participações em Coligadas ... 33
15. Imobilizado ... 33
16. Intangível ... 33
17. Depósitos de Instituições Financeiras ... 33
18. Depósitos de Clientes ... 33
19. Captações no Mercado Aberto ... 34
20. Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários ... 34
21. Obrigações por empréstimos e Repasses ... 34
22. Dívida Subordinada ... 34
23. Outros Passivos Financeiros ... 34
24. Provisões ... 34
25. Obrigações Fiscais - Outras ... 35
26. Outros Passivos ... 35
27. Patrimônio Líquido ... 35
28. Ajustes de Avaliação Patrimonial ... 36
29. Receitas com Juros e Similares ... 37
30. Despesas com Juros e Similares ... 37
31. Receitas de Tarifas e Comissões ... 37
32. Despesas de Tarifas e Comissões ... 37
33. Ganhos (Perdas) com Ativos e Passivos Financeiros (Líquidos) Avaliados ao Valor Justo ... 37
34. Variações Cambiais ... 37
35. Outras Receitas (Despesas) Operacionais ... 37
36. Despesas com Pessoal ... 38
37. Outras Despesas Administrativas ... 38
38. Provisões Líquidas ... 38
39. Resultado na Alienação de Bens ... 38
40. Imposto de Renda e Contribuição Social ... 38
41. Limites Operacionais ... 38
42. Garantias Prestadas ... 39
43. Transações com Partes Relacionadas ... 39
44. Outras Divulgações ... 40
45. Gerenciamentos de Riscos ... 40
46. Reconciliação do Resultado e do Patrimônio Líquido (BRGAAP e IFRS) ... 45
47. Eventos Subsequentes ... 45
Anexo I. Demonstração do Valor Adicionado Consolidada ... 46

www.pwc.com.br

Banco Pine S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

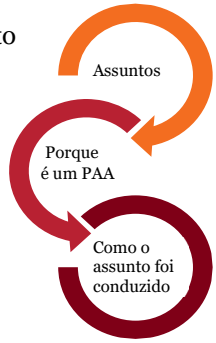
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco Pine S.A. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração de títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado classificados em hierarquia nível 3 (Notas 3(c).(ii), 3(k) e 7)	
O Banco possui investimentos em títulos de dívida de companhias de capital fechado, classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), classificados em hierarquia nível 3. Esses títulos de dívida não são negociados em mercado ativo. Dessa forma, no processo de mensuração do valor justo, a administração aplicou seu julgamento em relação à definição do modelo aplicado e às premissas adotadas. Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, uma vez que o uso de diferentes modelos de mensuração ou de premissas poderiam produzir variações no valor justo significativamente diferentes daquelas estimadas.	Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles relevantes identificados nesse processo, tais como os controles de validação das premissas e da aplicação dessas no processo de mensuração do valor justo desses títulos de dívida. Analisamos a aderência da metodologia de mensuração do valor justo desses títulos de dívida e a razoabilidade das premissas adotadas pela administração, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas em exercícios anteriores. Efetuamos testes de recálculo do valor justo desses títulos de dívida, com base nas premissas adotadas pela administração. Consideramos que os modelos e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.
Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em empréstimos e adiantamentos a clientes (Notas 3(c).(i), 3(m) e 10)	
A administração do Banco mensurou a provisão para perdas de crédito esperadas para empréstimos e adiantamentos a clientes, considerando os requerimentos da norma contábil IFRS 9 - *Financial Instruments*. A determinação da provisão para perdas de crédito esperadas em empréstimos e adiantamentos a clientes, considerando os requerimentos da IFRS 9, é uma área que envolve julgamento da Administração na classificação dos créditos nos estágios previstos	Atualizamos nosso entendimento sobre os procedimentos adotados pela administração para análise, avaliação e aplicação da IFRS 9, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria com o auxílio de nossos especialistas, relacionados a avaliação da aderência aos requisitos da referida norma quanto ao processo de mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas para empréstimos e adiantamentos a clientes.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
na IFRS 9, bem como na determinação da mensuração da provisão necessária, mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam diversas premissas e que consideram fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência, a situação financeira da contraparte, garantias e políticas de renegociação. Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas de crédito esperadas poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.	Em relação à metodologia e mensuração da perda de crédito esperada, aplicamos procedimentos relacionados à (i) análise das políticas contábeis em comparação aos requerimentos da IFRS 9, (ii) entendimento e recálculo, em base amostral, da mensuração da provisão para perdas, que considera a base de dados, os modelos e premissas adotadas pela Administração, (iii) comparação de dados e premissas utilizados com dados de mercado, quando aplicável, (iv) testes sobre a classificação dos empréstimos e recebíveis nos estágios previstos pela IFRS 9, e (v) análise e consistência das divulgações realizadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perdas de crédito esperadas são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Valor recuperável do crédito tributário (Notas 3(c).(iii), 3(j) e 40)	
O Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração e aprovado pelos órgãos de governança do Banco. Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos na determinação de premissas pela administração, para projeção de lucros tributários futuros. Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de julgamento na determinação das premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e consequentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil.	Nossos principais procedimentos consideraram o entendimento e a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração. Comparamos determinadas premissas utilizadas nas projeções orçamentárias elaboradas pela administração com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável. Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração do valor recuperável de ativos não circulantes mantidos para venda (Notas 3(c).(v), 3(o) e 11)	
O Banco possui ativos não circulantes mantidos para venda compostos, principalmente, por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo, menos o custo de venda, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. A administração considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, e avaliações internas que mensuram o valor justo de certos ativos, com base em metodologia de cálculo, considerando premissas estabelecidas pela administração. Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois envolve a utilização de premissas e julgamentos por parte da administração na mensuração do valor recuperável desses imóveis.	Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o entendimento dos controles da administração sobre avaliação do valor recuperável de ativos não circulantes mantidos para venda, bem como a análise dos laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos ou, quando aplicável, a análise da razoabilidade da metodologia e premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos. Adicionalmente, efetuamos testes para observar a metodologia da aplicação de cálculo desenvolvida pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos, incluindo a avaliação do histórico de vendas, de imóveis similares, realizadas pelo Banco, quando aplicável. Consideramos que a metodologia e as premissas adotadas pela administração no registro do valor recuperável desses ativos são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Contingências fiscais (Notas 3(c).(iv), 3(w) e 24(b))	
O Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, inerentes as suas operações, os quais são avaliados de forma recorrente, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda. A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da administração, que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos. As contingências fiscais podem ser encerradas após um longo espaço temporal e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também de aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.	Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e no entendimento dos processos administrativos ou judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos no exercício corrente. Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte e efetuamos procedimentos de confirmação com dos dados dos principais processos com os assessores jurídicos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda. Consideramos que os critérios adotados pela administração para a determinação da provisão para contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são razoáveis e consistentes com as informações

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, devido à complexidade dos aspectos processuais e ao nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo.	analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de tecnologia da informação	
Devido à diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações. Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras. Essa área permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco em sua operação.	Nossos procedimentos consideraram o entendimento dos controles da administração sobre o ambiente de tecnologia da informação e os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíram, entre outros, o apoio de nossos especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideram também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas. Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável. Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e controles estabelecidos pela administração apresentaram uma base razoável de eficácia para suportar os principais processos de negócios que geram informações críticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) consolidada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada no Anexo I como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se esse Anexo I está conciliado com as demonstrações financeiras consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco Pine S.A. e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco Pine S.A. e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco Pine S.A. e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Banco Pine S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Prezados acionistas, apresentamos o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine (Banco) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

O Banco Pine (B3: PINE4) é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de vinte e cinco anos destaca-se por financiar e assessorar seus clientes em todo território nacional. A estratégia do Banco é ser ágil e ter competências para desenvolver relacionamentos rentáveis e de longo prazo, sempre colocando os clientes no centro de tudo que faz.

O Banco se posiciona nas seguintes áreas de negócios focando em fornecer soluções financeiras completas por meio de uma ampla variedade de produtos e serviços.

O Banco Pine é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de 27 anos destaca-se por financiar e assessorar seus clientes em todo território nacional. A estratégia do Banco é ser ágil e ter competências para desenvolver relacionamentos rentáveis e de longo prazo, sempre colocando os clientes no centro de tudo que faz.

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

A atividade econômica doméstica apresentou crescimento robusto em 2024, com destaque para a demanda agregada, especialmente os investimentos (+7,3%) e o consumo das famílias (+4,8%). A expansão da demanda foi amplamente favorecida pelos estímulos fiscal e monetário registrados nos trimestres anteriores. Assim, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 3,4% no ano, totalizando R$ 11,7 trilhões. Pela ótica da oferta, o setor de Serviços avançou 3,7%, enquanto a indústria cresceu 3,3% no período.

A dinâmica do setor agropecuário foi desfavorável para o desempenho da atividade econômica, por conta da estiagem em diversas regiões do país e das enchentes no RS que ocorreram no primeiro semestre e que contribuíram para retração do PIB agropecuário (-3,2%). De acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, a produção de grãos, cereais e leguminosas de 2024 foi de 292,7 milhões de toneladas, o que representa recuo de 7,2% em relação a 2023.

De acordo com o IBGE, o comércio varejista ampliado registrou crescimento de 4,1% no ano, com destaque para os setores de super e hipermercados (5,2%) e de artigos farmacêuticos e perfumaria (14,2%). A produção industrial e o setor de serviços apresentaram respectivamente altas de 3,1% e 3,2%, na mesma base de comparação.

A atividade econômica mais aquecida tem favorecido a arrecadação de tributos. A Arrecadação Federal totalizou R$ 2,7 trilhões em 2024, com crescimento real de 9,6% em relação ao ano passado. O melhor desempenho arrecadatório do ano é explicado pela maior demanda nos setores do comércio e de serviços via contribuição do PIS/Pasep e a Cofins. Além disso, o IRRF de Rendimentos de Capital também contribuiu para a arrecadação, com alta real de 18% decorrente da tributação de fundos de investimento (Lei 14.754/2023).

A atividade econômica aquecida, o câmbio desvalorizado e a alta do preço das commodities agrícolas contribuíram para a elevação dos preços na economia. A inflação IPCA registrou alta de 4,83% em 2024. O resultado ficou, portanto, acima do teto da meta de 4,5%. O conjunto de preços livres, que é mais impactado pelo ciclo econômico, registrou alta acumulada de 4,89% no ano, enquanto o conjunto de preço administrados aumentou 4,66% no mesmo período.

A taxa básica de juros Selic encerrou o ano em 12,25% a.a., decidida na última reunião do ano do Comitê de Política Monetária do Banco Central. A sinalização do Copom foi de que o ritmo de alta de 1,0 p.p. é apropriado para as duas primeiras reuniões de 2025.

Apesar de o gradual aperto das condições financeiras ao longo do ano, o custo do crédito apresentou queda ao longo de 2024. A taxa de juros da carteira de recursos livres encerrou o ano em 53% a.a. para pessoas físicas e em 22,1% a.a. para pessoas jurídicas. O spread bancário para recursos livres ficou em 39,1 p.p. para pessoas físicas e em 8,9 p.p. para pessoas jurídicas. O estoque total das operações de crédito bancário atingiu RS$ 6,4 trilhões, aumento de 10,9% no ano. A carteira de recursos livres avançou 10,6% ao ano e a de recursos direcionados, 11,4%, na mesma base de comparação. Por fim, a taxa de inadimplência referente a recursos livres de pessoas físicas aumentou 5,3% e, para pessoas jurídicas, 2,5%.

Em relação ao setor externo, a balança comercial registrou superávit de R$ 74,5 bilhões no ano, de acordo com o MDIC. O resultado representa queda de 24,62% em relação a 2023. As exportações recuaram 0,78% enquanto as importações avançaram 9%, na mesma base de comparação. O fluxo cambial foi negativo em US$ 18,6 bilhões em 2024, com o segmento comercial registrando entrada líquida de US$ 69 bilhões e o segmento financeiro com fluxo negativo em US$ 87,6 bilhões.

A valorização do Dólar Global somada às incertezas fiscais interrompeu a dinâmica positiva do Real observada em 2023. No ano, o Real acumulou depreciação de 27,2% com cotação de R$6,177/US$ no final do ano.

No cenário internacional, as incertezas persistiram, especialmente quanto ao final do ciclo de afrouxamento da política monetária nos Estados Unidos, uma vez que as perspectivas para a atividade econômica se mantiveram positivas.

O mercado de trabalho norte-americano se mostrou resiliente, principalmente no setor de serviços. Além disso, o ritmo de crescimento dos salários – em torno de 4% – é forte com relação à meta para a inflação de 2% no longo prazo. A Fed Funds Rate recuou para 4,50% em dezembro de 2024 e o dólar global (DXY) valorizou 6,11% no ano.

Para 2025, o cenário é desafiador. O ambiente internacional mais incerto com a nova administração nos EUA e o acúmulo de incertezas locais – fiscais, políticas e quanto à dinâmica da inflação – exigem cautela. Para a atividade econômica, esperamos expansão do PIB de 2025 entre 2,0% e 2,5%, com destaque para o setor agropecuário, que deve crescer entre 7% e 10%.

2. DESEMPENHO

2.1 Resultado contábil consolidado

RESULTADOS (R$ Milhões)	2023	2024	Variação
Receita Líquida Operacional	**552,0**	**1.019,8**	**84,7%**
Receita Líquida com Juros e Similares	203,8	**470,5**	130,9%
Ganhos com Ativos e Passivos Financeiros (Líquidos)	318,0	**142,3**	(55,2%)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(16,3)	**346,9**	(2.231,9%)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	46,5	**60,0**	28,9%
Despesas Administrativas	**(329,5)**	**(347,5)**	5,5%
Depreciações e Amortizações	**(5,4)**	**(14,7)**	173,4%
Provisões (líquidas)	**6,3**	**6,5**	2,9%
Resultado na alienação de bens	**12,8**	**10,8**	(15,9%)
Lucro Líquido operacional antes da tributação	**250,3**	**17,3**	(93,1%)
Imposto de renda e contribuição Social	**(72,6)**	**84,4**	(216,3%)
Lucro Líquido Contábil	**177,7**	**101,7**	(42,7%)

Ano marcado pela contínua diversificação de nossos negócios, pelo atingimento do recorde de lucro no período e pela melhora expressiva na rentabilidade do Banco. Crescemos as carteiras de crédito de Grandes Empresas e de Varejo Colateralizado e expandimos nosso *funding*. Seguimos construindo negócios escaláveis e resilientes, gerando resultados sustentáveis para atender os nossos clientes em diferentes momentos do ciclo econômico.

- A Receita liquida operacional somou R$1,0 bilhão em 2024, aumento de 84,7% em relação a 2023. Esse aumento reflete principalmente a maior receita liquida com Juros similares que avançou 130,9% quando comparado com o ano de 2023.
- As despesas administrativas totalizaram R$347,5 milhões em 2024, um crescimento de 5,5% em relação ao ano anterior, explicado, principalmente: (i) pelo investimento em processos e tecnologia.
- **O lucro líquido Contábil totalizou R$101,7 milhões em 2024.**
- A carteira de crédito expandida totalizou R$14,3 bilhões no período, um crescimento de 48,8% em relação a dezembro de 2023, devido, principalmente à continua expansão de nossa atuação em portfólios de Crédito de Varejo Colateralizado e ao crescimento da carteira de Grandes Empresas.
- Destaque para a maior diversificação através da consolidação em operações públicas de letras financeiras subordinadas e do maior volume de debêntures financeiras vinculadas a cessões e de instrumentos incentivados. O portfólio permaneceu diversificado e segue alocado em prazos mais longos e sem concentração de vencimentos, corroborando com o perfil dos ativos.

3. *RATINGS*

O Banco é classificado por agência de *rating* e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional, a solidez financeira e a qualidade da sua administração, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida.

A agência S&P elevou o *rating* do banco de 'brA- ', para 'brA', com perspectiva estável. A agência destaca que: "O Banco Pine se diferencia de seus pares por conseguir expandir seus negócios continuamente em conjunto com seus lucros, sem apresentar deterioração significativa da qualidade de crédito da carteira ou das métricas de capital regulatórias."

A agência Moody's elevou o *rating* do banco de 'BBB+', para 'brA', com perspectiva estável. A agência destaca que "A elevação dos ratings do Pine incorpora a melhora dos níveis de rentabilidade do banco acompanhada de uma melhora na qualidade da carteira de crédito, e redução das concentrações da carteira de crédito nos últimos períodos."

4. RECURSOS HUMANOS

O Banco Pine é uma instituição financeira que atua no mercado há mais de 25 anos, destacando-se por financiar e assessorar médias e grandes empresas. Somos focados na eficiência das operações, na agilidade dos negócios e na antecipação de soluções aos nossos clientes.

Para nós, estabelecer relações com vínculo de longo prazo são primordiais e, o pilar da confiança é fundamental. Somos assertivos e alinhados aos objetivos do banco, identificamos e avaliamos os eventuais riscos envolvidos no dia a dia. Estimulamos a liderança e empreendedorismo, explorando a inspiração, persistência e aprendizado contínuo. Cada item destacado permeia nossa cultura que, com solidez, vem acompanhando os passos, conquistas e resultados sustentáveis do Banco Pine ao longo de cada trimestre.

Diante deste contexto, a área de Recursos Humanos é fundamental para apoiar a execução da estratégia do negócio por meio da instrumentalização da Gestão de Pessoas. Para isso, fomentamos diversas ações atreladas aos pilares de Atração de Talentos, Treinamento & Desenvolvimento, Cultura, Performance, Remuneração, Benefícios e Reconhecimento.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Possuímos uma governança robusta, com políticas atualizadas, voltada para trazer mais segurança e transparência para nossos clientes, acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados, estão:

- Listado no Nível 2 de Governança Corporativa da B3;
- Dois membros independentes no Conselho de Administração;
- *Tag along* de 100% para todas as ações, inclusive as preferenciais;
- Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas;
- Presença de Comitês de Auditoria (100% independente) e Comitê de Remuneração (com membros da Companhia e independentes) que respondem diretamente ao Conselho de Administração.

ESG

Reconhecemos nosso papel como instituição financeira no fomento de negócios sustentáveis, contribuindo para que a sociedade prospere.

Entendemos que a gestão de aspectos AMBIENTAL, SOCIAL e de GOVERNANÇA (ESG, na sigla em inglês) é essencial para nosso crescimento e perenidade. Iniciamos estudos e pesquisas, com o apoio de uma das maiores consultorias especializadas no assunto do Brasil, para desenvolvermos as melhores estratégias e avaliarmos todas as oportunidades e melhorias que podem ser implementadas acerca do tema, aprofundando a compreensão dos impactos e relevância e visando sempre a perenidade dos negócios.

Adicionalmente, a agenda ambiental, social e de governança está em evolução nos organismos regulatórios nacionais. Dessa forma, o Banco atualizou sua Política de Responsabilidade de Socioambiental e Climática (PRSAC) com base nessas novas orientações, com o objetivo da formalização da estrutura de gestão e governança dos aspectos socioambientais. A PRSAC do Banco tem como principais norteadores estratégicos a responsabilidade na condução dos seus negócios através do gerenciamento do risco socioambiental, estabelecendo critérios de avaliação sociais, ambientais e de governança na concessão de crédito.

Em atendimento à agenda Bacen no que tange os riscos socioambiental e climático, o Banco está revisando seus processos e políticas internas para medir, controlar e, quando aplicável, reduzir os riscos associados a cada cliente do seu portfólio.

Além disso, nossa sede está localizada na cidade de São Paulo em um edifício com certificação Leadership in Energy and Environmental Design - LEED Gold, a qual atesta a adoção de práticas de construção sustentável. O selo é concedido pela Green Building Council, e para receber a classificação, o edifício é avaliado levando em consideração questões como o uso racional de água, eficiência energética, seleção dos materiais da construção e qualidade ambiental interna.

Distribuição de Proventos

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de abril de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$16.615, à base de R$0,08005042888, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 18 de abril de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$16.852, à base de R$0,0814303422, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 15 de julho de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento adicional de juros sobre o capital próprio no montante de R$35.126, à base de R$0,159371, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 22 de novembro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de outubro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$16.890, à base de R$0,0766333, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 21 de outubro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$18.116, à base de R$0,080554, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 16 de janeiro de 2025.

Alterações de Capital em 2024

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de janeiro de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$93, mediante emissão de 46.362 novas ações nominativas, sendo 15.454 ordinárias e 30.908 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 02 de dezembro de 2024 a 30 de dezembro de 2024 (“Oitavo período de exercício”). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 27 de janeiro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, foi deliberado sobre a homologação parcial do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$26.252, mediante emissão de 5.926.213 novas ações nominativas, sendo 5.598.076 ordinárias e 328.137 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência da deliberação do Conselho de Administração em reunião 03 de outubro de 2024 e de acordo com as características e condições estabelecidas no Aviso aos Acionistas divulgado em 03 de outubro de 2024. O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 03 de dezembro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, foi aprovado o aumento do capital social do Banco dentro do limite do capital autorizado nos termos do Estatuto Social, no valor de, no mínimo, R$21.341 e, no máximo, R$29.857, mediante a emissão de, no mínimo, 4.817.368 ações, sendo 4.627.167 ações ordinárias e 190.201 ações preferencias, e, no máximo, 6.739.760 novas ações, sendo 6.308.409 ações ordinárias e 431.351 ações preferenciais de emissão do Banco, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O preço de emissão é de R$4,43 por ação ordinária ou preferencial do Banco. Os acionistas poderão exercer o direito de preferência na subscrição das novas ações na proporção do número de ações que possuírem. Foi concedido a todos os acionistas que constavam da posição acionária do Banco na data de 10 de outubro de 2024, o prazo de 30 dias para o exercício do direito de preferência. Após a efetiva subscrição das ações e a integralização deste Aumento de Capital, nova Reunião do Conselho de Administração do Banco foi realizada para homologar parcial ou totalmente o aumento de capital, dentro do limite de capital autorizado. Após a homologação pelo Conselho de Administração do Banco, o aumento de capital foi levado à aprovação do Bacen. Na mesma reunião, foi aprovada a emissão de Bônus de Subscrição, dentro do limite do capital autorizado, nos termos de seu Estatuto Social, sendo emitido a quantidade de 3.369.880 ações ordinárias e 3.369.880 preferenciais. O preço de exercício é de R$8,86. Cada um dos Bônus de Subscrição poderá ser exercido por seu titular, nos períodos compreendidos entre 06 de março de 2025 a 31 de março de 2028, segregados em 13 períodos. Após o término do 13° Período de Exercício, os Bônus de Subscrição que não forem exercidos serão extintos de pleno direito. As ações ordinárias e preferenciais emitidas em decorrência do exercício do Bônus de Subscrição serão em tudo idênticas às ações ordinárias e preferenciais já existentes e participarão de forma integral em quaisquer dividendos e/ou juros sobre capital próprio que vierem a ser declarados após a aprovação pelo Bacen.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de outubro de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$26.901, mediante emissão de 13.450.704 novas ações nominativas, sendo 4.483.568 ordinárias e 8.967.136 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 02 de setembro de 2024 a 30 de setembro de 2024 (“Sétimo período de exercício”). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 25 de outubro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$222, mediante emissão de 110.772 novas ações nominativas, sendo 36.924 ordinárias e 73.848 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos

em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 03 de junho de 2024 a 28 de junho de 2024 (“Sexto período de exercício”). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 24 de julho de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de abril de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$2.564, mediante emissão de 1.281.891 novas ações nominativas, sendo 427.297 ordinárias e 854.594 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de março de 2024 a 28 de março de 2024 (“Quinto período de exercício”). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 23 de abril de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de janeiro de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$44.404, mediante emissão de 22.201.893 novas ações nominativas, sendo 7.400.631 ordinárias e 14.801.262 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de dezembro de 2023 a 28 de dezembro de 2023 (“Quarto período de exercício”). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 26 de janeiro de 2024.

6. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, no período de janeiro a dezembro de 2024, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

7. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI (ri.pine.com), o Banco mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com).

8. AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos acionistas e clientes pela confiança depositada, e aos colaboradores por toda dedicação e excelente trabalho na construção de um mercado financeiro cada vez mais competitivo e ético. Ciosos da responsabilidade de financiar rápido e servir bem nossos clientes, buscamos constantemente novas formas de melhorar nossos produtos e serviços, em benefício das pessoas e empresas.

A Administração

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
(Em milhares de Reais - R$)

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	**5**	**2.327.961**	**205.863**
Ativos financeiros avaliados ao valor justo		**8.632.605**	**7.227.556**
Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)		**6.324.833**	**6.237.273**
Instrumentos de dívida	7	1.552.621	2.510.363
Instrumentos de capital	7	706	218
Instrumentos financeiros derivativos	8	3.063.701	1.877.228
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	1.734.827	1.849.464
(-) Provisão para perdas esperadas	10.b	(27.022)	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		**2.307.772**	**990.283**
Instrumentos de dívida	7	2.364.597	990.283
(-) Provisão para perdas esperadas	10.b	(56.825)	-
Ativos financeiros ao custo amortizado		**13.677.395**	**11.254.097**
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	6	127.480	437.680
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	8.424.404	6.212.022
Instrumentos de dívida	7.a	5.568.396	4.801.743
(-) Provisão para perdas esperadas	10.b	(442.885)	(197.348)
Outros ativos		**1.530.079**	**1.196.285**
Ativos não circulantes mantidos para venda	11	848.318	728.811
Outros		**681.761**	**467.474**
Devedores por depósitos em garantia	12	76.896	99.615
Impostos a compensar		191.660	178.015
Outros ativos	13	413.205	189.844
Participações em coligadas	**14**	**44.518**	**21.749**
Ativos Fiscais	**40.e**	**675.382**	**584.514**
Imobilizado	**15**	**82.598**	**40.712**
Intangível	**16**	**23.944**	**18.205**
Total do ativo		**26.994.482**	**20.548.981**

PASSIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivos financeiros		**25.183.695**	**19.285.921**
Passivos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)		**2.076.741**	**2.199.505**
Instrumentos financeiros derivativos	8	2.076.741	2.199.505
Passivos financeiros ao custo amortizado		**23.106.954**	**17.086.416**
Depósitos de instituições financeiras	17	895.529	658.792
Depósitos de clientes	18	15.505.071	11.262.085
Captações no mercado aberto	19	4.986.117	4.046.998
Obrigações por títulos e valores mobiliários	20	990.016	726.894
Obrigações por empréstimos e repasses	21	44.898	-
Dívidas subordinadas	22	618.602	348.173
Outros passivos financeiros	23	66.721	43.474
Provisões	**24**	**39.768**	**60.588**
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões		39.768	60.588
Obrigações Fiscais	**25**	**9.313**	**7.526**
Outras		9.313	7.526
Outros Passivos	**26**	**689.789**	**213.047**
Total do passivo		**25.922.565**	**19.567.082**
Patrimônio Líquido	**27**	**1.071.917**	**981.899**
Capital social - País		823.811	723.468
Capital social - Exterior		128.867	128.867
(-) Ações em Tesouraria		(20.406)	(6.844)
Outros resultados abrangentes		(3.610)	(7.050)
Reservas de capital		5.117	4.127
Reservas de lucros		134.038	139.331
Participação de não-controladores		4.100	-
Total do passivo e patrimônio líquido		**26.994.482**	**20.548.981**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA
(Em milhares de Reais - R$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Receitas com juros e similares	29	2.804.435	2.041.828
Despesas com juros e similares	30	(2.333.900)	(1.838.048)
Receita líquida com juros e similares		**470.535**	**203.780**
Receitas de tarifas e comissões	31	80.648	51.718
Despesas de tarifas e comissões	32	(67.329)	(42.371)
Resultado de equivalência patrimonial	14	22.949	4.644
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		**142.346**	**317.999**
Resultado de ativos financeiros mensurados ao VJR		137.071	356.175
Instrumentos de dívida	33.a	(6.110)	38.556
Instrumentos de capital	33.a	19.773	72.252
Instrumentos financeiros derivativos	8.i e 33.b	123.408	245.367
Variações cambiais	34	5.275	(38.176)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		**(346.881)**	**(16.271)**
Empréstimos e adiantamentos a clientes		(281.446)	(544)
Instrumentos de dívida mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes e ao custo amortizado		(65.435)	(15.727)
Outras receitas (despesas) operacionais	**35**	**59.995**	**46.541**
Receita líquida operacional		**362.263**	**566.040**
Despesas administrativas		**(347.508)**	**(329.499)**
Despesas com pessoal	36	(164.869)	(152.133)
Despesas tributárias		(33.656)	(59.928)
Outras despesas administrativas	37	(148.983)	(117.438)
Depreciações e amortizações		**(14.745)**	**(5.394)**
Provisões líquidas	**38**	**6.512**	**6.326**
Resultado na alienação de bens	**39**	**10.775**	**12.815**
Lucro líquido operacional antes da tributação		**17.297**	**250.288**
Imposto de renda e contribuição social	40.a	84.437	(72.588)
Lucro líquido do exercício		**101.734**	**177.700**
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores		101.438	177.700
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas não-controladores		296	-
Lucro líquido por ação do exercício			
Lucro Líquido básico e diluído por ação do exercício			
Ações ordinárias		0,44	0,95
Ações preferenciais		0,44	0,95
Lucro Líquido atribuído/diluído do exercício			
Ações ordinárias		51.345	93.245
Ações preferenciais		50.389	84.455
Média ponderada das ações emitidas - básica			
Ações ordinárias		115.953.618	98.007.123
Ações preferenciais		113.794.003	88.769.028

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES CONSOLIDADA
(Em milhares de Reais - R$)

	Nota	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Lucro Líquido do exercício		**101.734**	**177.700**
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado Consolidada			
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	**28**	**5.047**	**(1.273)**
Variação de valor justo		8.699	(2.113)
Efeito fiscal		(3.652)	840
Hedges fluxo de caixa		**-**	**(28)**
Variação de valor justo		-	(50)
Efeito fiscal		-	22
Outros		**(1.607)**	**41**
Resultado abrangente do exercício		**105.174**	**176.440**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA
(Em milhares de Reais - R$)

	Nota	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros - Legal	Reservas de lucros - Estatutária	Ações em Tesouraria	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	de não controladores	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**851.665**	**-**	**1.760**	**21.971**	**-**	**(5.790)**	**-**	**-**	**869.606**
Lucro Líquido do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**177.700**	**-**	**177.700**
Outros resultados abrangentes	**28**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.260)**	**-**	**-**	**(1.260)**
Ativos financeiros ao VJORA		-	-	-	-	-	(2.113)	-	-	(2.113)
Hedges fluxos de caixa		-	-	-	-	-	(50)	-	-	(50)
Imposto de renda diferido		-	-	-	-	-	862	-	-	862
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	41	-	-	41
Outras mutações do patrimônio líquido		**670**	**4.127**	**-**	**(900)**	**(6.844)**	**-**	**-**	**-**	**(125.347)**
Aumento de capital	27.a	670	-	-	-	-	-	-	-	670
Aquisição de ações em tesouraria	27.f	-	-	-	-	(6.844)	-	-	-	(6.844)
Transações com pagamentos baseados em ações	27.f	-	4.127	-	-	-	-	-	-	4.127
Outros ajustes		-	-	-	(900)	-	-	-	-	(900)
Destinações		**-**	**-**	**8.885**	**107.615**	**-**	**-**	**(177.700)**	**-**	**(61.200)**
Reserva legal	27.c	-	-	8.885	-	-	-	(8.885)	-	-
Juros sobre o capital próprio	27.d	-	-	-	-	-	-	(61.200)	-	(61.200)
Reserva estatutária	27.c	-	-	-	107.615	-	-	(107.615)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**852.335**	**4.127**	**10.645**	**128.686**	**(6.844)**	**(7.050)**	**-**	**-**	**981.899**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**852.335**	**4.127**	**10.645**	**128.686**	**(6.844)**	**(7.050)**	**-**	**-**	**981.899**
Lucro Líquido do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**101.438**	**-**	**101.438**
Outros resultados abrangentes	**28**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.440**	**-**	**-**	**3.440**
Ativos financeiros ao VJORA		-	-	-	-	-	8.699	-	-	8.699
Imposto de renda diferido		-	-	-	-	-	(3.652)	-	-	(3.652)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	(1.607)	-	-	(1.607)
Outras mutações do patrimônio líquido		**100.343**	**990**	**-**	**-**	**(13.562)**	**-**	**-**	**4.100**	**91.871**
Aumento de capital	27.a	100.343	-	-	-	-	-	-	-	100.343
Participação de não-controladores		-	-	-	-	-	-	-	4.100	4.100
Aquisição de ações em tesouraria	27.f	-	-	-	-	(28.132)	-	-	-	(28.132)
Transações com pagamentos baseados em ações	27.f	-	990	-	-	14.570	-	-	-	15.560
Destinações		**-**	**-**	**5.072**	**(10.365)**	**-**	**-**	**(101.438)**	**-**	**(106.731)**
Reserva legal	27.c	-	-	5.072	-	-	-	(5.072)	-	-
Juros sobre o capital próprio	27.d	-	-	-	(35.126)	-	-	(68.474)	-	(103.600)
Dividendos	27.e	-	-	-	-	-	-	(3.131)	-	(3.131)
Reserva estatutária	27.c	-	-	-	24.761	-	-	(24.761)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**952.678**	**5.117**	**15.717**	**118.321**	**(20.406)**	**(3.610)**	**-**	**4.100**	**1.071.917**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA
(Em milhares de Reais - R$)

	Nota	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido ajustado do exercício		**497.750**	**243.902**
Lucro Líquido do exercício		101.734	177.700
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		136.167	(16.625)
Depreciação e Amortização		14.745	5.394
Impostos diferidos		(94.196)	67.070
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		346.881	16.271
Provisões / Reversões para contingências (líquidas)		(6.512)	(6.326)
Pagamento baseado em ações		21.880	5.062
Resultado de equivalência patrimonial		(22.949)	(4.644)
Variação de ativos e passivos operacionais		**1.533.122**	**(445.910)**
(Aumento) Redução de Ativos financeiros ao VJR e VJORA (Instrumentos de dívida e de capital)		(409.769)	(2.407.080)
(Aumento) Redução de Derivativos (líquidos)		(1.282.215)	9.532
(Aumento) Redução de Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras		310.200	(250.607)
(Aumento) Redução de Empréstimos e adiantamentos a clientes		(1.795.383)	(2.541.276)
(Aumento) Redução de Ativos financeiros ao custo amortizado (Instrumentos de dívida)		(1.113.534)	907.519
(Aumento) Redução de Ativos não circulantes mantidos para venda		(119.507)	135.510
(Aumento) Redução de Devedores por depósitos em garantia		22.719	(38.319)
(Aumento) Redução de Imposto de renda a compensar		(13.645)	(122.874)
(Aumento) Redução de Outros ativos		(243.245)	(17.513)
(Aumento) Redução de Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.328	121.144
Aumento (Redução) de Depósitos de instituições financeiras		236.737	606.285
Aumento (Redução) de Depósitos de clientes		4.242.986	2.141.719
Aumento (Redução) de Captações no mercado aberto		939.119	103.503
Aumento (Redução) de Obrigações por títulos e valores mobiliários		263.122	726.894
Aumento (Redução) de Obrigações por empréstimos e repasses		44.898	(14.781)
Aumento (Redução) de Outros passivos financeiros		23.247	12.290
Aumento (Redução) de Provisões		(14.308)	43.807
Aumento (Redução) de Obrigações fiscais		1.787	2.079
Aumento (Redução) de Outras obrigações		436.585	136.258
Caixa líquido proveniente (aplicado em) de atividades operacionais		**2.030.872**	**(202.008)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso		(37.844)	(22.183)
(Aquisição) Alienação de intangível		(10.456)	-
Aumento de capital em coligadas	14	(8.332)	-
Dividendos recebidos no período	14	6.605	-
(Aquisição)/Alienação de investimentos em coligadas, controladas e outros		1.404	-
(Aquisição) de outros investimentos		(3)	-
Caixa líquido proveniente (aplicado em) atividades de investimento		**(48.626)**	**(22.183)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de Capital		100.343	670
Aumento (Redução) em obrigações por dívidas subordinadas		287.004	143.754
Venda (Aquisição) de ações em tesouraria		(28.132)	(6.844)
Juros sobre o capital próprio pagos		(83.196)	(25.710)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente de atividades de financiamento		**276.019**	**111.870**
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**2.258.265**	**(112.321)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	205.863	301.559
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(136.167)	16.625
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	2.327.961	205.863

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Pine") é uma companhia aberta, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e está autorizado a operar as carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento e de câmbio.

As operações do Pine são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Pine foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como 'normas contábeis IFRS') e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Consolidadas, e somente elas as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Informamos que foram aprovadas, em 17 de março de 2025, as Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS, de 31 de dezembro de 2024, pela Diretoria do Pine.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS incluem as normas contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores, tendo sido atendidas todas as normas, cuja aplicação era mandatória sem exceções.

b) Novas normas e interpretações em vigor em períodos futuros:

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Substitui o IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras e introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. O Banco Pine está avaliando os impactos.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: permite a uma subsidiária fornecer divulgações reduzidas ao aplicar as Normas de Contabilidade IFRS nas suas demonstrações financeiras. É opcional para as subsidiárias elegíveis e estabelece os requisitos de divulgação para as subsidiárias que optarem por aplicá-la. A nova norma se aplica a períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2027. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. O Banco Pine está avaliando os impactos.

Emendas ao IFRS 9 e IFRS 7 - Emendas à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Trata de questões identificadas durante a revisão pós-implementação dos requisitos de classificação e mensuração do IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. As emendas são efetivas para períodos de relatório iniciados em ou após 1° Janeiro de 2026. O Banco Pine está avaliando os impactos.

IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis: Se uma moeda não tiver conversibilidade, pode ser difícil determinar uma taxa de câmbio apropriada. Embora incomum, pode surgir uma falta de conversibilidade quando um governo impõe controles cambiais que proíbem a troca de uma moeda ou que limitem o volume de transações em moeda estrangeira. A emenda ao IAS 21, esclarece como as entidades devem avaliar se uma moeda é de fácil conversão e como devem determinar uma taxa de câmbio à vista para uma moeda de difícil permutabilidade, bem como exige a divulgação de informações que permitem aos usuários das Demonstrações Financeiras entender os impactos de uma moeda sem conversibilidade. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. O Banco Pine não identificou impactos materiais.

c) Normas e interpretações que entraram em vigor após 1° de janeiro de 2024

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: as alterações tem o propósito de especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem o que se entende por direito de adiar a liquidação; que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; e que somente um derivativo embutido em um passivo conversível for elepróprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. As alterações ao IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. O Banco Pine não identificou impactos.

IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Exige que as entidades forneçam divulgações adicionais sobre seus acordos de financiamentos de fornecedores. O IASB emitiu esses novos requisitos para fornecer aos usuários das demonstrações financeiras informações que lhes permitam avaliar como os acordos de financiamento de fornecedores afetam as obrigações e fluxos de caixa de uma entidade, e compreender o efeito dos acordos de financiamento de fornecedores na exposição de uma entidade ao risco de liquidez e como a entidade poderia ser afetada se os acordos não estivessem mais disponíveis para ela. As alterações no IAS 7 e IFRS 7 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. O Banco Pine não identificou impactos.

IFRS 16 – Arrendamentos: esclarece os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de sale and leaseback, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações ao IFRS 16 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. O Banco Pine não identificou impactos.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nos períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas controladas pelo Pine.

a) Base de consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Pine, são apresentadas em Reais (R$), moeda funcional do Pine, incluindo sua dependência no Exterior e, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda *(impairment)* do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Banco Pine.

Consolidação

O Banco Pine consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

A consolidação inclui Fundos de Investimento, nos quais o Banco Pine possui retenção substancial de risco e benefícios de suas cotas e sobre os quais o Banco Pine está exposto, ou tem direito a retornos variáveis e capacidade de afetar esses retornos através do poder decisório, de acordo com o IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, com exceção dos Fundos de Investimentos mencionados a seguir, que não atingem esses critérios de consolidação:

(i) Fiagro Imobiliário ID Goiana

(ii) PFC Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado

(iii) Cotribá Fiagro-Direitos Creditórios

Em maio de 2023, o Banco Pine deixou de ser controlador do Fiagro Imobiliário ID Goiana e sua participação passou a ser de 49,84%, mediante venda de cotas, portanto deixou de ser consolidado a partir dessa data.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco Pine estruturou operações de cessão e securitização com o mercado, cujos montantes foram eliminados para fins de consolidação da Demonstração Financeira.

Destacamos abaixo as entidades incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas:

		Participação no capital (%)	
	Atividades	31/12/2024	31/12/2023
Dependências no exterior			
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	100,0000	100,0000
Subsidiárias			
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	Consultoria	100,0000	100,0000
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	100,0000	100,0000
Pine Assessoria e Consultoria Ltda. (8)	Assessoria	99,9800	100,0000
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (6)	Imobiliária	100,0000	100,0000
Pine Corretora de Seguros Ltda. (5)	Intermediação de Negócios	99,9800	100,0000
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	Imobiliária	100,0000	100,0000
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	Imobiliária	100,0000	100,0000
Chimera Alternative Assets I FIDC (1)	Fundo de investimentos	95,0000	100,0000
Correspondente Banqueiro Consignado INSS FIDC – Responsabilidade Limitada	Fundo de investimentos	100,0000	100,0000
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda. (4)	Comercialização de ativos ambientais	100,0000	100,0000
Pine Holding S.A. (7)	Holding de instituições não-financeiras	99,0000	-
Coligadas - Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial			
Amigoz Ltda. (Anteriormente denominada BYX Produtos S.A.) (2)	Intermediação de Negócios	50,2900	40,0000
BYX Capital Ltda. (3)	Intermediação de Negócios	32,7400	30,0000

(1) Em fevereiro de 2023, o Banco Pine se tornou cotista do Chimera Alternative Assets I FIDC, mediante cessão.

(2) Em 28 de março de 2024, a BYX Produtos S.A. teve sua razão social alterada para Amigoz Ltda.

(3) Em 29 de junho de 2023, o Banco Pine adquiriu 1.285.715 ações ordinárias da empresa Byx Capital S.A. ("Byx"), com ágio registrado no montante de R$15.759, representando 30% do capital social da Companhia, passando a mensurar o investimento pelo método de equivalência patrimonial.

(4) Em 26 de dezembro de 2023, o Bacen aprovou a participação do Banco Pine em uma sociedade do Conglomerado, constituída sob a denominação Eco Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda, cujo objeto social é (i) a comercialização de ativos ambientais de qualquer natureza e origem; (ii) assessoria e consultoria na comercialização de ativos ambientais de qualquer natureza e origem; (iii) a intermediação de negócios na comercialização de ativos ambientais de qualquer natureza e origem; e (iv) a participação em outras sociedades como acionista ou quotista que possuam como objeto social atividades complementares e/ou sinérgicas ao objeto social da Sociedade; os ativos ambientais aqui mencionados compreendem, mas não se limitam a, Créditos de Carbono, Créditos de Descarbonização ("CBIOS"). O tempo de duração da Sociedade é indeterminado. O Banco Pine é sócio único, com 100% das quotas sociais.

(5) Em instrumento particular datado de 22 de maio de 2024, foi deliberado sobre a alteração de sociedade limitada unipessoal para sociedade limitada, em razão do ingresso de mais um sócio.
(6) Em Alteração Contratual datada de 30 de julho de 2024, foi deliberado sobre o aumento do capital social da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda., no montante de R$6.300, mediante emissão de 9.130.435 novas cotas.
(7) Em Assembleia Geral de Constituição datada de 24 de maio de 2024, foi deliberado sobre a constituição da Pine Holding S.A. e a subscrição de 100 ações órdinárias, totalizando R$100 reais. O Banco Pine subscreveu 99 ações ordinárias nominativas, totalizando o montante de R$99 reais.
(8) Em instrumento particular datado de 1º de outubro de 2024, foi deliberado sobre a alteração de sociedade limitada unipessoal para sociedade limitada, em razão do ingresso de mais um sócio.

b) Base de avaliação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo e instrumentos financeiros reconhecidos e designados como objeto de hedge em transações qualificáveis de hedge de valor justo atribuível ao risco protegido.

c) Estimativas e julgamentos contábeis relevantes

A preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS exige que à Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam à aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(i) Mensuração das provisões para perdas esperadas

A mensuração da provisão para perda de crédito esperada requer o uso de modelos complexos e pressupostos significativos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. São necessários vários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para a mensuração das perdas esperadas, tais como:

• Determinação de critérios para aumento significativo do risco de crédito;

• Escolha de modelos e pressupostos adequados para a mensuração das perdas esperadas;

• Estabelecimento de grupos de ativos financeiros similares para efeitos de mensuração das perdas esperadas.

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação entre partes não relacionadas. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado através de modelo interno com base nesse preço.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento.

(iii) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Pine terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser realizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em projeções de eventos e tendências de mercado.

(iv) Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

(v) Ativos não circulantes mantidos para venda

São ativos não circulantes, cujo valor contábil será recuperado através de venda e não pelo seu uso contínuo. São mensurados pelo menor montante entre seu valor justo menos custos de venda e o valor contábil na data em que foram classificados como “mantidos para a venda”, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. Essa provisão é reavaliada anualmente e sua classificação contábil é com base no valor de mercado. Estes bens não estão sujeitos à depreciação. O Banco Pine considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, bem como premissas estabelecidades pela Administração.

d) Regime de competência

A entidade prepara as suas Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com o critério contábil da competência.

e) Gestão do capital

A gestão do capital é efetuada nos níveis regulatórios e econômicos e está baseada na análise dos índices de capital do Bacen.

f) Conversão de operações em moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Cada empresa do consolidado determina sua própria moeda funcional conforme IAS 21 – “Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio”. Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas de cada entidade do Grupo são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua (moeda funcional).

As Demonstrações Financeiras Consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional do Pine, e inclusive da agência no exterior.

Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são aquelas originalmente denominadas ou com liquidação em moeda estrangeira. Tais transações são convertidas na moeda funcional usando as taxas de câmbio da data da transação ou da data da avaliação, na qual os itens são remensurados.

Os ganhos e perdas cambiais relacionados a caixa e equivalentes, empréstimos e adiantamentos, outros ativos, obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior, depósitos de clientes, obrigações por empréstimos e repasses, relações com correspondentes e dívidas subordinadas são apresentados na demonstração de resultado como receita (despesa) de juros.

Conversão de moeda funcional para moeda de apresentação para unidades no exterior.

Considerando que nenhuma das unidades do Grupo opera com moeda funcional de economia hiperinflacionária, os resultados e as posições financeiras das entidades do Banco Pine, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos da seguinte maneira:

• Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço;

• Receitas e despesas são convertidas pelas taxas médias no período de apuração.

Na consolidação, diferenças cambiais decorrentes da conversão de investimento líquido em entidades no exterior são lançadas em “outros resultados abrangentes”.

Em caso de venda, total ou parcial, de negócio no exterior, as diferenças cambiais são reconhecidas no resultado como parte do ganho (perda) na venda.

g) Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado pelo método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e os recebimentos futuros durante a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro, considerando todos os termos contratuais, não incluindo perdas futuras em operações de crédito.

Os juros decorrentes da aplicação da taxa efetiva são contabilizados na rubrica "Receitas com juros e similares" na demonstração do resultado.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as taxas e comissões, os custos de transação, os descontos e os prêmios que são pagos ou recebidos e que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação incluem os custos incrementais que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração de resultados incluem:

• Juros de ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros;

• A parte efetiva de derivativos de *hedge* qualificados e designados em uma relação de *hedge* de fluxo de caixa, no mesmo período em que o item protegido é lançado em receitas/despesas de juros;

• Alterações no valor justo de derivativos qualificados (incluindo inefetividades do *hedge*) e dos respectivos itens protegidos, quando o risco de taxa de juros é o risco protegido.

Receitas e despesas de juros de todos os ativos e passivos financeiros para negociação são consideradas incidentes às operações de negociação do Pine e são apresentadas de forma agregada a todas as mudanças no valor justo dos ativos e passivos para negociação em “Resultado de ativos e passivos financeiros mensurados através de Valor Justo no Resultado (VJR)”.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Pine para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

i) Taxas e comissões

As receitas e as despesas de taxas e comissões que são parte integrante da taxa efetiva de juros de um ativo ou passivo financeiro são incluídas na apuração da taxa efetiva de juros e são contabilizados na rubrica "Receitas de juros e similares" na demonstração do resultado.

As demais receitas de taxas e comissões são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados e são contabilizados na rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração do resultado.

Outras despesas com taxas e comissões referem-se basicamente a eventos que são reconhecidos no resultado conforme os serviços são recebidos.

j) Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, usando taxas promulgadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação a exercícios anteriores.

O imposto de renda diferido é incidente sobre as diferenças temporárias entre os saldos contábeis dos ativos e passivos e os saldos fiscais para fins de apuração tributária. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social devem ser reconhecidos somente se há expectativa de que serão realizados com a geração de lucros tributáveis estimados. Os créditos tributários são mensurados às taxas fiscais que são esperadas de serem aplicadas às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, com base em leis que estão promulgadas na data de balanço.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros sejam gerados para sua utilização, e devem ser revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos à medida que não seja mais provável que estes benefícios fiscais serão utilizados.

A despesa de imposto de renda compreende os impostos sobre a renda correntes e diferidos, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica "Imposto de renda e contribuição social", exceto nos casos em que se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

k) Instrumentos financeiros e mensuração do valor justo

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do Banco Pine são efetuadas de acordo com o IFRS 9 e estão descritas a seguir:

(i) Reconhecimento inicial

Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, com exceção de operação de crédito e de depósitos de clientes, é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco Pine se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao Pine. Enquanto as operações de crédito são reconhecidas quando o Banco Pine transfere os recursos aos clientes.

Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais e do modelo de negócios utilizado pelo Banco Pine no gerenciamento de seus instrumentos.

Instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao seu valor justo e, exceto nos casos de ativos ou passivos financeiros registrados ao valor justo através do resultado, os custos atribuíveis à transação são adicionados a, ou subtraídos, desse valor.

(ii) Classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros

De acordo com os requerimentos do IFRS 9, a classificação de ativos financeiros é norteada por dois grandes direcionadores: a) O modelo de negócios em que são gerenciados os ativos financeiros; b) A característica do fluxo de caixa dos ativos financeiros (Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros).

(iii) Avaliação do modelo de negócio - Ativos Financeiros

O Banco Pine classifica e mensura sua carteira de negociação e seus derivativos em VJR. O Banco Pine pode designar instrumentos em VJR, de maneira irrevogável, se, ao fazer isso, eliminar e reduzir significativamente inconsistências de mensuração e reconhecimento.

Passivos financeiros, outros além dos relacionados a compromissos de empréstimos, são mensurados ao custo amortizado ou VJR quando são mantidos para negociação, se forem instrumentos derivativos ou a designação ao valor justo tiver sido aplicada.

(iv) Teste de SPPJ (“Somente Pagamento de Principal e Juros”) - Ativos Financeiros

Além da análise do modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, o Pine avalia os termos contratuais de tais ativos para verificar se os mesmos possuem fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros, atendendo ao teste de SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

“Principal”, para referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal).

Os elementos mais significativos dos juros num acordo de empréstimo básico são a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Para aplicar o teste de SPPJ, o Pine realiza julgamento e considera fatores relevantes, como, por exemplo, a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período pela qual a taxa de juros é definida.

Em contraste, termos contratuais que introduzem uma exposição relevante a riscos de volatilidade nos fluxos de caixa contratuais não são relacionados a um acordo de empréstimo básico, não resultado assim em fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros. Nesses casos, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de resultados, independente de qual modelo de negócios seja gerido.

(v) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e

- Os termos contratuais do ativo financeiro representem fluxos de caixa contratuais que resultem apenas em pagamentos de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de realização no vencimento; para os ativos financeiros, tal montante é ajustado por qualquer provisão para perda esperada de crédito.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera as perdas de crédito esperadas e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada (considera a perda de crédito esperada) ao custo amortizado do ativo financeiro.

A receita de juros dos ativos financeiros mensurados a custo amortizado está incluída em 'Receitas com juros'.

Os passivos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados com tal no reconhecimento inicial.

(vi) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Itens ao valor justo através do resultado compreendem itens mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial. Além disso, de acordo com a IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo através do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Quando um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, um ajuste de avaliação de crédito é incluído em sua marcação à mercado, de modo a refletir a qualidade de crédito da contraparte, representando assim as alterações no valor justo atribuível ao risco de crédito.

Quando um passivo financeiro é designado ao valor justo através do resultado, a variação no valor justo atribuível às mudanças na qualidade de crédito do Pine é apresentada em outros resultados abrangentes.

Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao VJR e registrados como ativos financeiros quando seu valor justo é positivo e como passivos financeiros quando seu valor justo é negativo. Derivativos que possuem garantias e que são liquidados diariamente pelo valor líquido através de uma câmara de liquidação (por exemplo, operações de futuro) são registrados pelo valor pendente de liquidação de um dia para o outro.

(vii) Itens mensurados ao valor justo no resultado (VJR)

Um ativo financeiro é classificado como valor justo no resultado (VJR), se:

- For adquirido para ser vendido ou recomprado no curto prazo; ou

- No reconhecimento inicial, faz parte da carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam administrados em conjunto e para os quais há evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros no curto

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Pine classificou instrumentos de dívida, instrumentos de patrimônio e instrumentos financeiros derivativos como itens mensurados a valor justo no resultado (VJR), que atendem aos critérios apresentados acima.

Em 31 de dezembro de 2024, o Pine também classificou empréstimos e adiantamentos a clientes como itens mensurados a valor justo no resultado (VJR). Essa classificação, refere-se a parte da carteira do segmento de varejo, em que a Administração definiu em modelo de negócios, com o objetivo de vender esses ativos financeiros, antes do vencimento contratual. Essa parte da carteira do segmento de varejo foi apurada através do histórico de cessões de operações de crédito do segmento de varejo.

(viii) Designação irrevogável de um instrumento financeiro como mensurado a valor justo através do resultado

No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro pode ser designado de modo irrevogável, como mensurado ao valor justo através do resultado, se tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (descasamento contábil) que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Pine não possuía ativos e passivos financeiros designados de forma irrevogável como mensurado ao valor justo por meio de resultado.

(ix) Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciem uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O Pine pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida pelo Pine em uma combinação de negócios.

Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a administração do Pine não optou por designar quaisquer instrumentos patrimoniais ao VJORA.

(x) Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios em que tais ativos estão sendo geridos e das características de fluxo de caixa do mesmo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas e que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e

- São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado das perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

(xi) Técnicas de Avaliação x Hierarquia do valor justo e Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

- **Nível 1** - mensurações à valor justo obtidas a partir de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F) e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores também são classificados no nível 1 da hierarquia.

- **Nível 2** - mensurações obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Privados (com destaque na carteira de Debêntures) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

- Nível 3 - mensurações são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Pine utiliza modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo próprio. No nível 3 são classificados determinados instrumentos de dívida de companhias de capital fechado, em situação de discussão judicial, classificados como ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e empréstimos e adiantamentos a clientes, classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado (VJR). Não existem derivativos classificados no nível 3.

Categoria	Tipo de Ativo/Passivo	Técnicas de valorização	Principais inputs não observáveis
Derivativos lineares	Fra de cupom	Preços de fechamento BMF	Taxa de Cupom Cambial de longo prazo
	Swap de inflação	*Discounted cash flow*	Taxa de Cupom Cambial de IGPM
	Swap de taxa de juros	*Discounted cash flow*	Taxa pré-fixadas Cambial de longo prazo
Derivativos não lineares	Opções de equities	*Black&Scholes*	Volatilidades implícitas de longo prazo
	Opções de inflação	*Black&Scholes*	Volatilidades implícitas de longo prazo IPCA
	Opções de juros	*Black&Scholes*	Volatilidades implícitas de longo prazo IDI
	Opções de moedas	*Black&Scholes*	Volatilidades implícitas de longo prazo USD/BRL
Cash	Títulos privados	*Discounted cash flow*	Taxas de desconto ("Yields")
	Empréstimos e adiantamentos a clientes (VJR)	*Discounted cash flow*	Taxas de desconto ("Yields")

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Pine para apurar seu valor justo:

				31/12/2024
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	1.553.327	3.036.679	1.734.827	6.324.833
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	168.370	2.049.017	90.385	2.307.772
Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (derivativos)	-	2.076.741	-	2.076.741

				31/12/2023
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	2.510.581	1.877.228	1.849.464	6.237.273
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	270.795	629.103	90.385	990.283
Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (derivativos)	-	2.199.505	-	2.199.505

Movimentações de Valor Justo de Nível 3

A tabela a seguir mostra as movimentações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para os ativos e passivos financeiros classificados como Nível 3 na hierarquia do valor justo:

	Valor justo em 31/12/2023	Adições/(Baixas)	Valor justo em 31/12/2024
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	1.849.464	(114.637)	1.734.827
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	90.385	-	90.385

	Valor justo em 31/12/2022	Adições/(Baixas)	Valor justo em 31/12/2023
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	-	1.849.464	1.849.464
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	107.916	(17.531)	90.385

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve transferência entre os níveis.

l) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

De acordo com o IFRS 7 e CPC 40 Instrumentos Financeiros – Divulgações, apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros e seu valor justo, conforme quadro abaixo:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa [(i)]	2.327.961	2.327.961	205.863	205.863
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras [(ii)]	127.480	127.480	437.680	437.680
Empréstimos e adiantamentos a clientes [(ii)]	10.725.214	8.424.404	5.149.684	6.212.022
Instrumentos de dívida [(ii) (v)]	6.057.019	5.568.396	5.085.127	4.801.743
Total dos ativos financeiros	**19.237.674**	**16.448.241**	**10.878.354**	**11.657.308**
Passivos financeiros				
Depósitos de instituições financeiras [(iii)]	895.529	895.529	658.792	658.792
Depósitos de clientes [(iv)]	15.085.059	15.505.071	11.207.118	11.262.085
Captações no mercado aberto [(iii)]	4.986.117	4.986.117	4.046.998	4.046.998
Obrigações por títulos e valores mobiliários [(iv)]	845.406	990.016	726.894	726.894
Obrigações por empréstimos e repasses [(iv)]	46.480	44.898	-	-
Outros passivos financeiros e Outras Obrigações [(iii)]	66.721	66.721	43.474	43.474
Dívidas subordinadas [(iv)]	652.250	618.602	340.049	348.173
Total dos passivos financeiros	**22.577.562**	**23.106.954**	**17.023.325**	**17.086.416**

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

(i) O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, instrumentos de dívida, instrumentos de capital, instrumentos financeiros derivativos e empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras refletem seu valor contábil.

(ii) Empréstimos e adiantamentos a clientes, instituições financeiras e instrumentos de dívida são mensurados líquidos da provisão para *impairment*. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.

(iii) O valor justo estimado dos depósitos de instituições financeiras, captações no mercado aberto, obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros e outros passivos financeiros refletem seu valor contábil.

(iv) O valor justo estimado dos depósitos de clientes e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares. O valor justo dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, se aproxima substancialmente do seu valor contábil.

(v) Reclassificação de instrumentos financeiros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 houve reclassificação de categoria de instrumentos de dívida de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR) para ativos financeiros ao custo amortizado. Não houve impactos no resultado decorrentes da reclassificação realizada. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve reclassificação de categoria.

(vi) Desreconhecimento de ativos financeiros

- Renegociações

O Pine desreconhece um ativo financeiro, como, por exemplo, uma operação de crédito concedido a cliente, quando os termos e condições da operação forem renegociados em uma extensão que, substancialmente, torne uma nova operação, sendo a diferença reconhecida como no resultado do exercício como ganhos ou perdas de desreconhecimento.

A nova operação reconhecida é classificada no Estágio 1 para fins de mensuração de suas perdas esperadas, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito.

Se a renegociação não resulta em fluxos de caixa substancialmente diferentes, a modificação não ocasiona em um desreconhecimento da operação. Considerando a alteração nos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva original da operação, o Pine reconhece um ganho ou perda de modificação.

- Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o Pine transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, ou (ii) o Pine não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido. O desreconhecimento é feito pelo Grupo quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias. A diferença entre o valor contábil do ativo original e o montante recebido é reconhecida no resultado.

- Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo original e o montante pago é reconhecida no resultado.

m) Redução ao valor recuperável

(i) Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas:

O Pine registra provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para as garantias financeiras, que nesta seção serão todos considerados como “instrumentos financeiros sujeitos à perdas esperadas”.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida).

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na nota 45.i.

O Pine estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas Demonstrações Financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. Tal conceito é explicado mais detalhadamente na nota 45.i.

Baseado no processo acima, o Pine distribui seus instrumentos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: Operações em curso normal. Quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Pine reconhece uma provisão baseada em PE de 12 meses. No Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Estágio 2: Operações com atraso acima de 30 dias. Quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Pine registra uma provisão para PE Vida. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Estágio 3: Operações com atraso acima de 90 dia e instrumentos financeiros deteriorados ou ativos problemáticos. O Banco registra uma provisão para PE Vida.

Cálculo das perdas esperadas

O Pine calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperada, descontada a valor presente. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default – PD*): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.

- Exposição no momento da inadimplência (Exposure at default - EAD): é uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data base das demonstrações financeiras, incluindo pagamentos de principal e juros, utilização de limites e juros calculados sobre pagamentos não realizados.

- Perda dada a inadimplência (*loss given default – LGD*): é uma estimativa de perda originada no caso da inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Os conceitos de PD, EAD e LGD, estão explicados mais detalhadamente na nota 45.h.

O período máximo para o qual as perdas de crédito são determinadas é o prazo contratual do instrumento financeiro, a não ser que o Pine tenha o direito legal de liquidar antecipadamente.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

Estágio 1: O Pine calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada descontada a valor presente.

Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Pine reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs e LGDs são estimadas ao longo da vida do instrumento. A expectativa de insuficiência de caixa é descontada a valor presente.

Estágio 3: para operações consideradas com problemas de recuperação, o Pine reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizada para as operações do Estágio 2, no entanto a PD determinada em 100%.

Limites de crédito: A PE para limites utilizados é calculada através da PE vida. Para os limites concedidos e não utilizados, calculamos a PE através da PE vida aplicando o fator de conversão de crédito estimando a parcela do limite concedido passivo a utilização ao longo da vigência do limite.

(ii) Instrumentos de dívida mensurados ao VJORA

A PE de instrumentos de dívida mensurados ao VJORA não reduz o valor contábil desses ativos financeiros, que permanecem ao valor justo. Ao invés disso, o valor da PE é reconhecido em outros resultados abrangentes tendo como contrapartida o resultado. A perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é transferida para o resultado no momento do desreconhecimento dos ativos.

(iii) Garantias financeiras prestadas (avais e fianças)

A insuficiência de caixa das garantias prestadas é a diferença entre (i) os desembolsos esperados para reembolsar o beneficiário da garantia, com o propósito de cobrir a sua perda de crédito incorrida (valor garantido) e (ii) qualquer valor que a entidade espera recuperar junto ao solicitante da garantia financeira, que normalmente é um de seus clientes (valor passível de recuperação).

(iv) Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o Banco utiliza uma série de informações macro econômicas prospectivas, como:

- CDI; e
- PIB.

O Pine realizou análises históricas e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O Pine considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

(v) Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (*low default portfolio – LDP*)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o Pine utiliza suas classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O Pine pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o Pine considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais e os títulos privados, classificados como *investment grade* pelas agências de rating na visão local.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, a IFRS 9 determina que não é necessário avaliar se houve ou não aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo que essas operações serão inicialmente alocadas no Estágio 1 (PE para 12 meses) e se, porventura, vierem a apresentar inadimplência, serão migradas automaticamente para o estágio 3, onde as perdas esperadas serão reconhecidas pela vida do contrato (PE Vida).

n) Derivativos mantidos para gerenciamento de riscos

Derivativos mantidos para gerenciamento de riscos incluem todos derivativos ativos e passivos que não são classificados como mantidos ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR).

O Pine designa certos derivativos mantidos para gerenciamento de riscos como instrumentos de *hedge* em relações de *hedge accounting*. Na designação inicial do *hedge*, o Pine documenta formalmente a relação de *hedge* entre os instrumentos de *hedge* e os itens objetos de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de risco e estratégias na contratação dos instrumentos de *hedge*, juntamente com a metodologia que será utilizada na mensuração da efetividade do *hedge*. O Pine avalia, no início e em bases periódicas, se os instrumentos de *hedge* são efetivos na compensação das variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens objetos de *hedge*, durante o período para o qual o *hedge* está designado, e se os resultados atuais de cada *hedge* estão dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade.

Toda parcela de inefetividade é reconhecida no resultado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais".

Hedge de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um *hedge* das variações nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido que poderá afetar o resultado, a proporção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Qualquer parcela inefetiva das variações do valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de *hedge* de fluxo de caixa, ou sua designação é revogada, a contabilização como *hedge* de fluxo de caixa é interrompida e o valor reconhecido no patrimônio líquido permanece registrado até que a transação prevista tenha impacto no resultado. Caso a transação prevista não seja mais provável de ocorrência, a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa é interrompida e o saldo registrado no patrimônio líquido é subtraído e transferido imediatamente para o resultado do exercício.

Hedge de risco de mercado

Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período.

o) Ativos não circulantes mantidos para venda

São ativos não circulantes, cujo valor contábil será recuperado através de venda e não pelo seu uso contínuo.

Para que seja classificado como “mantido para a venda”, o ativo deve: estar disponível para a venda imediata; ter sua venda altamente provável, ou seja, deve haver um plano formal para sua alienação; estar em processo de identificação de um comprador e conclusão da venda; ser ativamente negociado em mercado de forma a permitir indicação de seu valor justo.

Imóveis e outros ativos não circulantes, tomados ou recebidos como quitação total ou pagamento das obrigações dos devedores, são considerados como ativos não correntes “mantidos para a venda”, se atenderem as condições supracitadas.

São mensurados pelo menor montante entre seu valor justo menos custos de venda e o valor contábil na data em que foram classificados como “mantidos para a venda”, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. Essa provisão é reavaliada anualmente e sua classificação contábil é com base no valor de mercado. Estes bens não estão sujeitos à depreciação.

O Banco Pine considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, bem como premissas estabelecidas pela Administração.

p) Ativos tangíveis

Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos tangíveis são avaliados pelo custo menos as depreciações acumuladas e perdas por *impairment.*

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos tangíveis construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e recuperação do local em que se encontram estabelecidos. Softwares adquiridos integrados à funcionalidade de um ativo tangível são registrados como parte do ativo tangível.

Quando os principais componentes de um ativo tangível possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do ativo tangível.

(ii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada de cada parte de um ativo tangível.

As vidas úteis estimadas dos ativos tangíveis para os períodos atual e comparativo são:

- Veículos: 5 anos
- Sistemas de computação: 5 anos
- Outros bens: 10 anos

IFRS 16 – Arrendamentos: O pronunciamento substituiu a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) inicialmente, reconhecer o ativo de direito de uso e o passivo ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados no início do arrendamento. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro.

O Banco arrenda, predominantemente, ativos objetos dos contratos de arrendamento de negócios mobiliários, imobiliários e transporte, referentes ao mecanismos de funcionamento de seu negócio.

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Banco.

O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data (Nota 14).

q) Ativos intangíveis

O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos, que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade e projetos desenvolvimentos internamente. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

(i) Licença de uso de sistemas - software

De acordo com o IFRS (IAS 38), os gastos com softwares adquiridos e desenvolvidos são classificados em três etapas distintas: 1. Etapa Preliminar do Projeto (despesa); 2. Etapa de Implantação do Projeto (capitalizar) e 3. Etapa Pós-implementação do Projeto (despesa).

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

(ii) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software* , a partir da data da sua disponibilidade para uso.

A vida útil estimada dos ativos intangíveis para os períodos atual e comparativo são:

Softwares: 5 anos

(iii) Outros intangíveis

Os demais ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos pelo Pine são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por *impairment* .

As amortizações são reconhecidas no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada dos ativos.

r) Outros ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e o valor de quaisquer outros valores e bens não considerados como ativo financeiro.

s) Outros passivos

Outros passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida de adiantamentos e o valor de quaisquer outras obrigações não consideradas como passivo financeiro.

t) *Impairment* de ativos não-financeiros

De acordo com o IFRS (IAS 36), o *impairment* de ativos não financeiros tem como base o valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa que é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Em linhas gerais, o teste de *impairment* para o IFRS é efetuado com base no *recoverable amount* , que é o maior valor entre o valor justo (-) o custo para vender ou o valor em uso que representa o fluxo de caixa esperado pelo uso contínuo do ativo descontado ao valor presente.

u) Depósitos, títulos emitidos, dívidas subordinadas, empréstimos e repasses e captações no mercado aberto

Os depósitos, os títulos emitidos, as dívidas subordinadas e os empréstimos e repasses são as fontes do Pine para financiamento de suas operações.

Os depósitos, os títulos emitidos, as dívidas subordinadas e os empréstimos e repasses são inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que o Pine designou os passivos a valor justo contra resultado.

Quando o Pine vende um ativo financeiro e simultaneamente assina um contrato de recompra do ativo (ou um ativo similar) a um preço fixo ou em uma data futura ("venda com compromisso de recompra" ou "empréstimo de títulos"), o contrato é contabilizado como captações no mercado aberto e o ativo subjacente continua a ser reconhecido nas demonstrações financeiras do Pine.

v) Provisões

Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, o Pine tem uma obrigação presente, que pode ser estimada de modo confiável, e seja provável uma saída de benefícios econômicos para sua liquidação.

w) Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com o IAS 37, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- Provisões: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas, quando é provável uma saída de recurso para liquidar tais perdas. A determinação da provisão necessária para esses processos é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas os processos para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação;

- Passivo contingente: é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Pine ou uma obrigação presente não reconhecida porque não é provável uma saída de recurso. Tais contingências, quando avaliadas como possível pelos assessores jurídicos, são divulgadas;

x) Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade etc. O Pine emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal dos seus negócios bancários.

De acordo com os requerimentos do IFRS 15, são registrados inicialmente ao valor justo ativos ou passivos de contrato de garantias financeiras, o quais representam geralmente o valor da comissão recebida ou a receber. Subsequentemente, os ativos e passivos de garantias financeiras são mensurados ao maior valor entre o valor justo inicialmente reconhecido (menos a apropriação do valor da comissão no resultado) e a melhor estimativa de gasto exigido para liquidar as obrigações. O Pine reconhece o valor presente de taxas, comissões e juros a receber das garantias financeiras prestadas na rubrica "Outros Passivos Financeiros".

y) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Pine no final do período, com base no estatuto social da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

z) Capital acionário e reservas

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são deduzidos da mensuração inicial dos respectivos instrumentos de capital emitidos.

(i) Ações em tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no patrimônio líquido em ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada em conta especifica do patrimônio líquido. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra conta de reservas no patrimônio líquido, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

(ii) Lucro ou prejuízo por ação

O Pine apresenta informações sobre o lucro ou prejuízo por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais segregadas por classe. O lucro ou prejuízo por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais do Pine pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O lucro ou prejuízo por ação diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação para os efeitos de todas as ações ordinárias e preferenciais com potencial diluição.

O Pine não possuia instrumentos com potencial de diluição nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(iii) Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Os termos a seguir são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa.

Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.

Atividades de investimento: a aquisição e a venda de realizável a longo prazo e ativos tangíveis e intangíveis.

Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

4. SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).

- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.

- Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Pine opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman, com clientes brasileiros e portanto não apresenta segmentação geográfica.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Banco Pine se posicionou nas seguintes áreas de negócios:

Atacado: O segmento possui produtos tradicionais de crédito e como parte do modelo de negócios, cada *officer* de originação do Banco Pine possui determinado número de grupos econômicos em sua carteira de clientes.

Empresas

As operações de empréstimos corporativos são "colateralizadas", com diversos tipos de garantias, como alienação fiduciária de produtos e de imóveis, recebíveis e aplicações financeiras.

Mesa de Clientes

A Mesa de Clientes atua, principalmente, estruturação de produtos que permitem o gerenciamento de suas exposições às variações de preços de moedas, juros, commodities e no fechamento de câmbio.

Operações Estruturadas e Parcerias

Operações Estruturadas e Parcerias são compostas por: (i) Mercado de Capitais e Crédito Estruturado, atuando como participantes especiais em emissões de dívida em parceria com securitizadoras e empresas parceiras; (ii) Parcerias: parceiros estratégicos na originação de Crédito, Operações Estruturadas, Derivativos e Câmbio, através de fintechs, gestoras, agentes autônomos e securitizadoras; e (iii) Ativos Imobiliários: desenvolvimento, lançamento e comercialização de ativos imobiliários.

Tesouraria e Captação

Responsável pela gestão de ativos e passivos (ALM) do Banco Pine, pela captação de recursos e distribuição e pelos livros de *Booking* e *Trading* .

Varejo: Segmento baseado em parcerias e acordos de *funding* com *fintechs* e instituições financeiras na Gestão de Portfólios de Crédito de Varejo Colateralizado, em linhas de produtos de baixo risco como antecipação do FGTS e Créditos Consignados.

	31/12/2024		31/12/2023	
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	**Atacado**	**Varejo**	**Atacado**	**Varejo**
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	2.327.961	-	182.467	23.396
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado (VJR)	4.590.006	1.734.827	4.387.809	1.849.464
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	2.307.772	-	990.283	-
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	8.120.458	5.556.937	8.422.858	2.831.239
Ativos não correntes para venda	848.318	-	728.811	-
Outros ativos	599.751	82.010	404.843	62.631
Participações em coligadas	-	44.518	-	21.749
Ativos Fiscais	386.392	288.990	382.395	202.119
Imobilizado	82.598	-	40.712	-
Ativo Intangível	23.944	-	18.205	-
Total do ativo	**19.287.200**	**7.707.282**	**15.558.383**	**4.990.598**
Passivo				
Passivos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)	2.076.741	-	2.199.505	-
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	23.106.954	-	17.086.420	-
Provisões	39.768	-	60.588	-
Passivos Fiscais	9.313	-	7.526	-
Outros passivos	534.037	155.752	208.688	4.355
Patrimônio Líquido	711.217	360.700	611.716	370.183
Total do passivo	**26.478.030**	**516.452**	**20.174.443**	**374.538**

			31/12/2024			31/12/2023
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA	**Atacado**	**Varejo**	**Total**	**Atacado**	**Varejo**	**Total**
Receitas com juros e similares	1.646.361	1.158.074	2.804.435	1.323.456	718.372	2.041.828
Despesas com juros e similares	(1.737.640)	(596.260)	(2.333.900)	(1.516.197)	(321.851)	(1.838.048)
Receitas de tarifas e comissões	80.648	-	80.648	51.718	-	51.718
Despesas de tarifas e comissões	(67.329)	-	(67.329)	(42.371)	-	(42.371)
Resultado de equivalência patrimonial	-	22.949	22.949	-	4.644	4.644
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado (VJR)	469.024	(331.953)	137.071	242.098	114.077	356.175
Variações cambiais (líquidas)	6.441	(1.166)	5.275	(38.176)	-	(38.176)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(199.915)	(146.966)	(346.881)	(10.546)	(5.725)	(16.271)
Outras receitas (despesas) operacionais	66.905	(6.910)	59.995	36.555	9.986	46.541
Receita líquida operacional	**264.495**	**97.768**	**362.263**	**46.537**	**519.503**	**566.040**
Despesas Administrativas	(204.674)	(142.834)	(347.508)	(210.578)	(118.921)	(329.499)
Depreciações e Amortizações	(13.127)	(1.618)	(14.745)	(4.908)	(486)	(5.394)
Provisões líquidas	6.682	(170)	6.512	6.495	(169)	6.326
Resultado na alienação de bens	10.775	-	10.775	12.815	-	12.815
Lucro líquido (Prejuízo) operacional antes da tributação	**64.151**	**(46.854)**	**17.297**	**(149.639)**	**399.927**	**250.288**
Imposto de renda e contribuição social	47.066	37.371	84.437	(47.488)	(25.100)	(72.588)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	**111.217**	**(9.483)**	**101.734**	**(197.127)**	**374.827**	**177.700**

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades (Caixa)	78.541	63.311
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras (Nota 6) [1]	2.249.420	142.552
Total	**2.327.961**	**205.863**

(1) Refere-se a aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujos vencimentos na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

6. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	127.480	437.680
Total	**127.480**	**437.680**
Tipo:		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	127.480	436.371
(+/-) Ajuste ao valor justo [1]	**-**	**1.309**
Total	**127.480**	**437.680**

(1) Refere-se ao ajuste ao valor justo das aplicações em Depósitos Vinculados ao Crédito Rural, que são objeto de hedge de risco de mercado. (Nota 8.i)

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE DÍVIDA E DE CAPITAL

a) Composição

Os instrumentos de dívida e de capital, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão compostos como segue:

	31/12/2024			31/12/2023		
Classificação	Valor Contábil	Valor de Curva	Ajuste de MTM	Valor Contábil	Valor de Curva	Ajuste de MTM
Instrumentos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)						
Instrumentos de dívida	1.552.621	1.714.227	(161.606)	2.510.363	2.471.910	38.453
Instrumentos de capital	706	706	-	218	218	-
Total	**1.553.327**	**1.714.933**	**(161.606)**	**2.510.581**	**2.472.128**	**38.453**
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados Abrangentes (VJORA)						
Instrumentos de dívida	2.364.597	2.368.224	(3.627)	990.283	1.000.220	(9.937)
Total	**2.364.597**	**2.368.224**	**(3.627)**	**990.283**	**1.000.220**	**(9.937)**
Instrumentos financeiros ao custo amortizado						
Instrumento de dívida	5.568.396	5.568.396	-	4.801.743	4.801.743	-
Total	**5.568.396**	**5.568.396**	**-**	**4.801.743**	**4.801.743**	**-**
Total Geral	**9.486.320**	**9.651.553**	**(165.233)**	**8.302.607**	**8.274.091**	**28.516**

b) Composição por classificação, tipo de papel e prazo de vencimento

A composição, por classificação, tipo de papel e prazo de vencimento dos saldos da rubrica Instrumentos de Dívida e de Capital é a seguinte:

									31/12/2024
							Valor de Mercado/Contábil		Total
Papel/Vencimento	Vencidos	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de Curva
Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado									
Ações de companhias abertas	-	706	-	-	-	-	-	706	706
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	-	-	763.134	763.134	924.673
Debêntures	-	-	-	-	-	789.487	-	789.487	789.554
Total	**-**	**706**	**-**	**-**	**-**	**789.487**	**763.134**	**1.553.327**	**1.714.933**
Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros res. abrangentes									
Eurobonds	-	-	-	-	4.271	-	-	4.271	4.271
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	8.774	11.574	14.552	34.900	34.868
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	20.471	28.149	18.229	66.849	66.941
Cotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	-	-	317.111	317.111	317.111
Debêntures [1]	-	-	-	-	1.099.513	41.260	25.055	1.165.828	1.165.218
Cédula do produto rural	-	-	7.124	189.545	126.349	284.250	-	607.268	611.437
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	110.744	-	-	440	-	111.184	111.183
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	57.186	-	-	-	-	57.186	57.195
Total	**-**	**-**	**175.054**	**189.545**	**1.259.378**	**365.673**	**374.947**	**2.364.597**	**2.368.224**
Instrumentos financeiros ao custo amortizado									
Nota Comercial	114.843	-	16.394	846.153	253.751	376.033	-	1.607.174	1.607.174
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	241.171	201.936	2.710.959	746.672	60.484	3.961.222	3.961.222
Total	**114.843**	**-**	**257.565**	**1.048.089**	**2.964.710**	**1.122.705**	**60.484**	**5.568.396**	**5.568.396**
Total Geral	**114.843**	**706**	**432.619**	**1.237.634**	**4.224.088**	**2.277.865**	**1.198.565**	**9.486.320**	**9.651.553**

									31/12/2023
							Valor de Mercado/Contábil		Total
Papel/Vencimento	Vencidos	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de Curva
Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado									
Ações	-	218	-	-	-	-	-	218	218
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	9.049	-	-	1.048.748	1.057.797	1.018.810
Nota comercial	-	-	227.134	-	-	-	441.060	668.194	672.451
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	-	4.982	-	4.982	5.019
Debêntures	-	-	-	-	-	-	779.390	779.390	775.630
Total	**-**	**218**	**227.134**	**9.049**	**-**	**4.982**	**2.269.198**	**2.510.581**	**2.472.128**
Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros res. abrangentes									
Eurobonds	-	-	-	-	180	-	-	180	8.269
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	-	16.256	-	16.256	16.144
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	-	-	49.609	49.609	49.713
Cotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	-	15.351	236.568	251.919	251.919
Debêntures [1]	-	-	-	-	67.616	229.891	56.658	354.165	354.236
Nota comercial	-	-	1.358	-	-	-	-	1.358	1.400
Cédula do produto rural	-	-	-	33.820	12.181	-	-	46.001	46.910
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	99.881	-	-	99.881	99.882
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	49.978	-	-	-	-	49.978	49.992
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	22.994	86.927	11.015	-	120.936	121.755
Total	**-**	**-**	**51.336**	**56.814**	**266.785**	**272.513**	**342.835**	**990.283**	**1.000.220**
Instrumentos financeiros ao custo amortizado									
Eurobonds	-	-	-	-	-	-	8.710	8.710	8.710
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	329.953	-	-	-	-	329.953	329.953
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	462.496	1.053.118	2.387.972	559.494	4.463.080	4.463.080
Total	**-**	**-**	**329.953**	**462.496**	**1.053.118**	**2.387.972**	**568.204**	**4.801.743**	**4.801.743**
Total Geral	**-**	**218**	**608.423**	**528.359**	**1.319.903**	**2.665.467**	**3.180.237**	**8.302.607**	**8.274.091**

(1) Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, inclui debêntures no montante de R$25.070, que tiveram declaração de vencimento antecipado, conforme consta Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 22 de setembro de 2023.

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVO E PASSIVO) e HEDGE

a) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para administrar riscos de mercado dos seus balanços, resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Desta forma, o Pine oferece alternativas aos seus clientes de mitigação de riscos de mercado, através de instrumentos adequados, bem como para atender às suas próprias necessidades no gerenciamento destes riscos.

b) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Liquidez e Cenários de Estresse. Com base nessas informações, a tesouraria providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política de riscos de mercado e liquidez previamente definidas pela Administração. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites também leva em consideração potenciais cenários de estresse.

O conhecimento do cliente, do setor em que atua e do seu perfil de apetite a riscos, assim como a prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pelo Pine com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swaps com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres. Importante destacar que no exterior existem operações de balcão, mas seus riscos são considerados baixos em relação ao total do Pine.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Pine vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

c) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Pine utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, Intercontinental Exchange - ICE e Bloomberg. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

d) Posição dos instrumentos financeiros derivativos de negociação

	31/12/2024			31/12/2023		
Instrumentos financeiros derivativos	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
ATIVO						
Swap - diferencial a receber	753.030	1.489.287	2.242.317	11.817	1.676.903	1.688.720
Contratos a termo - a receber	686.727	90.095	776.822	106.772	44.185	150.957
Prêmios de opções a exercer	2.184	42.378	44.562	22.740	14.811	37.551
Total a receber	**1.441.941**	**1.621.760**	**3.063.701**	**141.329**	**1.735.899**	**1.877.228**
PASSIVO						
Swap - diferencial a receber	(161.226)	(1.855.133)	(2.016.359)	(3.820)	(2.050.040)	(2.053.860)
Contratos a termo - a pagar	(25.047)	(3.860)	(28.907)	(75.906)	(42.047)	(117.953)
Prêmios de opções lançadas	(7.622)	(23.853)	(31.475)	(20.430)	(7.262)	(27.692)
Total a pagar	**(193.895)**	**(1.882.846)**	**(2.076.741)**	**(100.156)**	**(2.099.349)**	**(2.199.505)**
Valor líquido	**1.248.046**	**(261.086)**	**986.960**	**41.173**	**(363.450)**	**(322.277)**

e) Valores de referência (*notional*) e valores justos de derivativos de negociação e *hedge*

	31/12/2024				31/12/2023			
	Valor de Referencia	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado	Valor de Referencia	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado
Swap								
Risco de mercado								
Posição ativa:	**7.321.897**	**2.242.317**	**-**		**6.221.890**	**1.688.087**	**-**	
Juros	6.892.059	2.194.712	-		6.120.800	1.672.191	-	
Moeda	429.838	47.605	-		101.090	15.896	-	
Posição passiva:	**7.321.897**	**-**	**(2.005.985)**		**6.221.890**	**-**	**(2.049.488)**	
Juros	7.019.334	-	(2.002.545)		6.019.501	-	(2.045.206)	
Moeda	302.563	-	(3.440)		202.389	-	(4.282)	
Valor líquido		**2.242.317**	**(2.005.985)**	**164.117**		**1.688.087**	**(2.049.488)**	**68.372**
Hedge Accounting								
Fluxo de Caixa								
Posição passiva:	**-**	**-**	**-**		**-**	**-**	**-**	
Juros	-	-	-		-	-	-	
Moeda	-	-	-		-	-	-	
Valor líquido		**-**	**-**	**-**		**-**	**-**	**(1.004)**
Risco de mercado								
Posição ativa:	**-**	**-**	**-**		**186.471**	**633**	**(4.372)**	
Juros	-	-	-		186.471	633	-	
Moeda	-	-	-		-	-	(4.372)	
Posição passiva:	**208.318**	**-**	**(10.374)**		**-**	**-**	**-**	
Moeda	208.318	-	(10.374)		-	-	-	
Valor líquido		**-**	**(10.374)**	**(17.305)**		**633**	**(4.372)**	**(8.404)**
Valor líquido de *Swap*		**2.242.317**	**(2.016.359)**	**146.812**		**1.688.720**	**(2.053.860)**	**58.964**
Contratos a termo								
Posição ativa:	**11.594.502**	**776.822**	**-**		**8.156.479**	**150.957**	**-**	
Juros	5.751.234	96.167	-		4.243.815	115.962	-	
Moeda	5.605.717	575.468	-		3.792.947	7.237	-	
Commodities	237.551	105.187	-		119.717	27.758	-	
Posição passiva:	**11.594.502**	**-**	**(28.907)**		**8.156.479**	**-**	**(117.953)**	
Juros	6.182.884	-	(7.687)		3.762.891	-	(6.925)	
Moeda	5.411.618	-	(21.220)		480.924	-	(3.650)	
Commodities	-	-	-		3.912.664	-	(107.378)	
Valor líquido		**776.822**	**(28.907)**	**625.620**		**150.957**	**(117.953)**	**(23.202)**
Opções								
Prêmios de opções a exercer:	**32.285.670**	**44.562**	**-**		**4.362.169**	**37.551**	**-**	
Juros	105	1.072	-		4.004.000	263	-	
Moeda	32.284.678	9.020	-		301.812	17.726	-	
Commodities	887	34.470	-		56.357	19.562	-	
Prêmios de opções lançadas:	**31.928.915**	**-**	**(31.475)**		**4.903.440**	**-**	**(27.692)**	
Juros	-	-	-		4.004.000	-	(210)	
Moeda	31.928.915	-	(31.475)		869.041	-	(22.098)	
Commodities	-		-		30.399	-	(5.384)	
Valor líquido		**44.562**	**(31.475)**	**39.726**		**37.551**	**(27.692)**	**38.264**
Total a receber (pagar) e ganho (perda)		**3.063.701**	**(2.076.741)**	**812.158**		**1.877.228**	**(2.199.505)**	**74.026**

f) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

	31/12/2024				31/12/2023			
	Valor de Referência		Ajuste diário a receber		Valor de Referência		Ajuste diário a receber	
	Compra	Venda	(pagar)	Resultado	Compra	Venda	(pagar)	Resultado
Mercado interfinanceiro [1]	115.793.159	5.089.133	(21.209)		4.479.269	4.852.648	1.278	
Moeda	4.656.793	391.282	(15.643)		2.097.581	575.171	2.645	
Cupom cambial futuro	12.064	5.185.237	14.554		6.485	1.473.791	(6.815)	
Commodities	1.996.934	-	(3.260)		1.100.268	-	1.080	
Total	**122.458.950**	**10.665.652**	**(25.558)**	**(1.064.963)**	**7.683.603**	**6.901.610**	**(1.812)**	**192.958**

(1) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, contém Instrumento de Hedge com Futuros - DI.

g) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

						31/12/2024	31/12/2023
Valor de referência - Compensação	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Total
Swap	1.960.891	126.128	3.247.515	1.448.450	747.231	7.530.215	6.408.361
Contratos a termo	8.833.998	1.849.034	911.470	-	-	11.594.502	8.156.479
Opções	23.265	63.770.060	36.260	385.000	-	64.214.585	9.265.609
Futuros	8.049.348	2.769.949	2.087.418	198.603	120.019.284	133.124.602	14.585.213
Total	**18.867.502**	**68.515.171**	**6.282.663**	**2.032.053**	**120.766.515**	**216.463.904**	**38.415.662**

h) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as operações de swap, contratos a termo e opções, cujos valores de referência encontram-se registrados em conta de compensação, estão compostas como segue:

	31/12/2024				31/12/2023			
Custodiante	*Swaps*	Contratos a termo	Opções	Futuros	*Swaps*	Contratos a termo	Opções	Futuros
Bolsa	**-**	**-**	**-**	**133.124.602**	**-**	**-**	**-**	**14.585.213**
B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão	-	-	-	132.277.829	-	-	-	13.891.710
Bolsas no exterior	-	-	-	846.773	-	-	-	693.503
Balcão	**7.530.215**	**11.594.502**	**64.214.585**	**-**	**6.408.361**	**8.156.479**	**9.265.609**	**-**
Instituições Financeiras	2.457.547	11.594.502	64.214.585	-	990.953	890.487	229.009	-
Empresas	5.072.668	-	-	-	5.417.408	7.265.992	9.036.600	-
Total	**7.530.215**	**11.594.502**	**64.214.585**	**133.124.602**	**6.408.361**	**8.156.479**	**9.265.609**	**14.585.213**

i) *Hedge Accounting*

***Hedge* de Riscos de Mercado**

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido pelo IFRS 9, já que o Pine optou por manter a sua estrutura de *hedge* seguindo os requisitos dessa norma.

Hedge da carteira de captação - CDB, LCA e LF: O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições das captações (i) CDBs e LCAs: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixados ao CDI; (ii) CDBs: pré-pós fixados ao IPCA e (iii) LFs: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixadas ao CDI, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros e inflação.

Hedge da carteira de operação de crédito – empréstimos (varejo): O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições de parte da carteira de empréstimos do segmento de varejo pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pós-fixada, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros.

Hedge da carteira de Aplicação - DIR: O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições das aplicações: (i) DIRs: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixadas ao CDI, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros.

	31/12/2024				31/12/2023			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de *Hedge*								
Contratos de *swap* (ponta ativa)	208.318	262.651	260.391	(2.260)	297.682	340.029	344.224	4.195
Total	**208.318**	**262.651**	**260.391**	**(2.260)**	**297.682**	**340.029**	**344.224**	**4.195**
Objeto de *Hedge*								
Captações CDB	189.197	262.651	256.537	(6.114)	225.144	283.351	280.028	(3.324)
Captações LCA	-	-	-	-	50.000	56.678	57.124	447
Captações LCI	48.218	55.703	52.279	(3.424)	-	-	-	-
Total	**237.415**	**318.354**	**308.816**	**(9.538)**	**275.144**	**340.029**	**337.152**	**(2.877)**
Instrumento de *Hedge*								
Futuros (DI)	3.204.530	3.206.385	3.206.415	30	1.864.576	1.722.148	1.726.303	4.155
Futuros (DAP)	1.996.934	1.996.934	1.996.934	-	1.071.813	849.480	1.074.819	225.339
Total	**5.201.464**	**5.203.319**	**5.203.349**	**30**	**2.936.389**	**2.571.628**	**2.801.122**	**229.494**
Objeto de *Hedge*								
Captações CDB	3.808.455	5.203.145	4.674.971	(528.174)	1.919.508	2.550.628	2.421.694	(128.934)
Captações LCA	6.006	6.764	6.266	(498)	135	138	132	(6)
Captações LF	80.000	94.092	60.074	(34.018)	20.000	21.000	23.879	2.879
Total	**3.894.461**	**5.304.001**	**4.741.311**	**(562.690)**	**1.939.643**	**2.571.766**	**2.445.705**	**(126.061)**
Instrumento de *Hedge*								
Futuros (DI)	-	-	-	-	348.004	348.144	347.913	(231)
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	**348.004**	**348.144**	**347.913**	**(231)**
Objeto de *Hedge*								
Aplicações DIR	-	-	-	-	320.000	337.679	338.988	1.309
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	**320.000**	**337.679**	**338.988**	**1.309**
Instrumento de *Hedge*								
Futuros (DI)	4.506.502	4.509.033	4.509.090	57	3.787.792	3.789.215	3.782.932	(6.283)
Total	**4.506.502**	**4.509.033**	**4.509.090**	**57**	**3.787.792**	**3.789.215**	**3.782.932**	**(6.283)**
Objeto de *Hedge*								
Consignado INSS	2.811.185	4.001.622	3.652.435	(349.187)	2.388.344	2.677.583	2.752.891	75.308
Consignado INSS GDF	285.555	270.741	249.165	(21.576)	299.940	322.075	326.346	4.271
Consignado FGTS	150.306	597.605	559.337	(38.268)	590.644	667.052	694.992	27.940
Total	**3.247.046**	**4.869.968**	**4.460.937**	**(409.031)**	**3.278.928**	**3.666.710**	**3.774.229**	**107.519**

j) Instrumentos Financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis

	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos	Montante relacionado no passivo financeiro	31/12/2024
Instrumentos Financeiros Derivativos	29.593	17.151	12.442

	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos	Montante relacionado no passivo financeiro	31/12/2023
Instrumentos Financeiros Derivativos	88.713	15.657	73.056

Os Instrumentos Financeiros Derivativos não compensados no Balanço Patrimonial referem-se a operações nas quais existem acordos de compensação, mas que não atendem aos critérios de compensação do IAS 32, pois não tem a intenção de liquidá-los em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

9. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

a) Composição

	Valor Contábil	
	31/12/2024	31/12/2023
Custo Amortizado		
Empréstimos e adiantamentos a clientes		
Empréstimos e recebíveis	7.972.212	5.523.866
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito [1]	399.334	201.194
(+/-) Ajuste ao valor justo [3]	(339.496)	67.737
(-) Provisão para perdas esperadas	(389.456)	(132.098)
Títulos com risco de crédito		
Ativos financeiros ao custo amortizado	392.354	419.225
(-) Provisão para perdas esperadas	(52.166)	(36.780)
Total - Custo amortizado	**7.982.782**	**6.043.144**
Valor justo no resultado (VJR)		
Empréstimos e adiantamentos a clientes		
Empréstimos e recebíveis [2]	1.676.870	1.669.869
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito [1]	127.492	139.813
(+/-) Ajuste ao valor justo [3]	(69.535)	39.782
(-) Provisão para perdas esperadas	(27.022)	-
Total - valor justo no resultado (VJR)	**1.707.805**	**1.849.464**
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		
Títulos com risco de crédito	4.897.168	2.074.377
(-) Provisão para perdas esperadas	(56.825)	-
Total - valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	**4.897.168**	**2.074.377**

Garantias prestadas e responsabilidades		
Garantias prestadas e responsabilidades	1.010.193	472.394
(-) Provisão para perdas esperadas	(140)	(27.899)
Total - Garantias prestadas e responsabilidades	**1.010.053**	**444.495**
Limites de crédito a liberar		
Limites de crédito a liberar	93.316	101.915
(-) Provisão para perdas esperadas	(1.123)	(571)
Total - Limites de crédito a liberar	**92.193**	**101.344**
Total da carteira expandida ajustada ao valor justo	**16.159.908**	**10.710.172**
Total da (-) Provisão para perdas esperadas - Custo Amortizado	**(526.732)**	**(197.348)**
Total da carteira expandida ajustada ao valor justo, líquida de provisão	**15.224.145**	**10.620.343**

(1) 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, refere-se ao prêmio pago na aquisição de operações de crédito de outras instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, a ser reconhecido na rubrica de receitas com juros e similares da Demonstração do Resultado, em razão da fluência do prazo das operações e da taxa efetiva das referidas operações, no momento de aquisição pelo Banco.
(2) Refere-se a parte da carteira do segmento varejo, classificadas como ativos financeiros mensurados a valor justo no resultado (VJR), decorrentes da avaliação da Administração sobre o modelo de negócios (Nota 3.k.vii)
(3) Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado. (Nota 8.i)

b) Tipo de crédito

	31/12/2024	31/12/2023
Capital de giro	1.579.436	1.497.047
Conta corrente garantida	63.406	35.071
Financiamentos	61.898	-
Financiamentos a exportação	10.293	6.950
Financiamento em moeda estrangeira	302.595	566.450
Títulos descontados	16.116	151.753
Devedores por compra de valores e bens (1)	392.354	419.225
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber	399.529	525.597
Avais e Fianças Honradas	40.352	3.463
Compras a faturar - cartão de crédito	15.120	-
FGI PEAC (2)	231.122	334.552
Empréstimo FGTS (3)	344.826	793.270
Consignado (3)	7.111.215	3.620.589
Total	**10.568.262**	**7.953.967**
Créditos abertos para importação	501.270	91.868
Garantias prestadas	508.923	380.526
Garantias prestadas e responsabilidades	**1.010.193**	**472.394**
Títulos de crédito a receber	9.019	-
Instrumentos de dívida privados (4)	4.897.168	2.074.377
Títulos com risco de crédito	**4.906.187**	**2.074.377**
Limites de Crédito a Liberar	**93.316**	**101.915**
(+/-) Ajuste ao valor justo (5)	**(409.031)**	**107.519**
Total da carteira expandida ajustada ao valor justo	**16.168.927**	**10.710.172**

(1) Valores a receber pela venda de ativos não circulantes mantidos para venda.
(2) Empréstimos realizados, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC), instituído por meio da Lei n° 12.042/20 e Resolução CMN n° 4.971/21, garantidos pelo Fundo Garantidor para Investimentos (FGI).
(3) Contemplam contratos que são objeto de hedge de risco de mercado.
(4) Composto por debêntures, certificado de recebíveis agronegócio, certificado de recebíveis imobiliários, eurobonds e cédula do produto rural (Nota 7.b).
(5) Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado. (Nota 8.i)

O valor justo dos ativos financeiros é calculado mediante o desconto dos fluxos de caixa nas condições contratuais pelas taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares.

c) Por ramo de atividade

	31/12/2024	31/12/2023
Agronegócio	550.647	829.126
Imobiliário	698.461	668.142
Infraestrutura	42.629	81.178
Logística e Transporte	112.222	124.723
Mineração	145.736	151.523
Telecom e TI	17.403	27.498
Indústria	170.045	304.648
Serviços	276.434	318.853
Químico e Petroquímico	143.873	242.418
Energia	4.109	23.477
Comércio	302.494	158.392
Instituição Financeira	23.064	134.759
Saúde e Educação	26.680	36.833
Papel e Celulose	9.310	123.399
Pessoa física	7.912.717	4.453.865
Outros	132.438	275.133
Total - Custo amortizado e valor justo no resultado (VJR)	**10.568.262**	**7.953.967**
(+/-) Ajuste ao valor justo (1)	**(409.031)**	**107.519**
Total - Custo amortizado e valor justo no resultado (VJR) ajustado a valor justo	**10.159.231**	**8.061.486**

(1) Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado. (Nota 8.i)

d) Por nível de concentração

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maior devedor	187.493	1,77	151.523	1,90
2º ao 10º	688.814	6,52	731.774	9,20
11º ao 20º	379.699	3,59	405.963	5,10
21º ao 50º	609.020	5,76	728.645	9,16
51º ao 100º	358.854	3,40	524.573	6,60
Demais devedores	8.344.382	78,97	5.411.489	68,04
Total - Custo amortizado e valor justo no resultado (VJR)	**10.568.262**	**100,01**	**7.953.967**	**100,00**
(+/-) Ajuste ao valor justo (1)	**(409.031)**		**107.519**	
Total - Custo amortizado e valor justo no resultado (VJR) ajustado a valor justo	**10.159.231**		**8.061.486**	

(1) Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado. (Nota 8.i)

e) Recuperação de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R$42.655 (R$28.361 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

f) Renegociação de contratos

Em 31 de dezembro de 2024 existiam contratos renegociados no valor de R$279.486 (R$265.193 em 31 de dezembro de 2023). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos ratings das operações anteriormente às renegociações.

g) Cessões de Crédito

Operações com transferência e sem retenção substancial dos riscos e benefícios

Segmento atacado: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine no valor de R$26.904 (R$111.127 em 31 de dezembro de 2023). Essas cessões geraram um resultado líquido de reversão de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no valor positivo de R$6.109 (R$9.614 em 31 de dezembro de 2023). Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica 'Receitas de intermediação financeira – operações de crédito'.

Operações com transferência e sem retenção substancial dos riscos e benefícios

Segmento varejo: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R$1.734.823, referentes a Entes Federais. Essas cessões geraram um resultado, líquido de prêmio, em relação ao valor de face, no valor de R$74.649. Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica 'Receitas de intermediação financeira – operações de crédito'.

Segmento varejo: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R$1.783.551, sendo R$1.763.793 referentes a Entes Federais e R$19.758 referentes a Entes Estaduais. Essas cessões geraram um resultado, líquido de prêmio, em relação ao valor de face, no valor de R$198.859, sendo R$198.756 referentes a Entes Federais e R$103 referentes a Entes Estaduais. Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica 'Receitas de intermediação financeira – operações de crédito'.

Operações de cessão com retenção substancial dos riscos e benefícios

Segmento varejo: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R$461.121, com custo de originação de R$36.293 na aquisição dos créditos e totalizando um valor de venda de R$497.413. No mesmo período, o Banco Pine efetuou a recompra das operações, anteriormente classificadas como operações sem transferências e com retenção substancial de riscos e benefícios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, com coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R$741.517.

10. CARTEIRA DE ATIVOS FINANCEIROS POR ESTÁGIO E PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITO ESPERADAS

a) Composição dos ativos financeiros por estágio

As tabelas a seguir representam a composição dos ativos financeiros, segregados pelos estágios de risco de crédito da IFRS 9:

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros ao custo amortizado	**13.442.380**	**10.864.576**	**369.331**	**487.132**	**308.569**	**99.737**
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	127.480	437.680	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	7.746.504	5.625.153	369.331	487.132	308.569	99.737
Instrumentos de dívida	5.568.396	4.801.743	-	-	-	-
Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)	**1.734.827**	**1.849.464**	**-**	**-**	**-**	**-**
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.734.827	1.849.464	-	-	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros res. abrangentes (VJORA)	**2.325.620**	**931.323**	**34.192**	**33.890**	**4.785**	**25.070**
Instrumentos de dívida	2.325.620	931.323	34.192	33.890	4.785	25.070
Garantias prestadas e responsabilidades	**893.128**	**434.833**	**-**	**2.967**	**117.065**	**34.594**
Limites de crédito a liberar	**93.306**	**101.601**	**-**	**14**	**10**	**300**
Total	**16.754.434**	**12.332.333**	**403.523**	**524.003**	**430.429**	**159.701**

As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica de "Provisão para perdas de crédito esperadas". As tabelas a seguir representam a segregação das perdas esperadas por estágios e produtos.

b) Composição do saldo das provisões para perdas de crédito esperadas por classificação de ativo financeiro

	31/12/2024				31/12/2023			
Estágios 1-2-3	1°	2°	3°	Total	1°	2°	3°	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado								
Empréstimos e adiantamentos a clientes e recebíveis	124.553	35.432	232.692	392.677	63.075	41.388	64.416	168.879
Títulos de valores mobiliários públicos e privados	413	6	48.526	48.945	-	-	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)								
Títulos e valores mobiliários públicos e privados	32.658	-	24.167	56.825	-	-	-	-
Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)								
Instrumentos financeiros derivativos	-	27.022	-	27.022	-	-	-	-
Garantias prestadas e responsabilidades	**64**	**76**	**-**	**140**	**96**	**41**	**27.761**	**27.898**
Limites de crédito a liberar	**1.123**	**-**	**-**	**1.123**	**571**	**-**	**-**	**571**
Total Geral	**158.811**	**62.536**	**305.385**	**526.732**	**63.742**	**41.429**	**92.177**	**197.348**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco Pine revisou seus modelos internos de cálculo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 45.i).

c) Movimentação dos saldos das provisões para perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

	31/12/2024			
Estágios 1-2-3	1°	2°	3°	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**63.742**	**41.429**	**92.177**	**197.348**
Movimentos				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(152)	2.035	-	**1.883**
Estágio 1 para o Estágio 3	(532)	-	131.475	**130.943**
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(10.595)	25.278	**14.683**
Estágio 2 para o Estágio 1	663	(2.112)	-	**(1.449)**
Estágio 3 para o Estágio 2	-	91	(3.439)	**(3.348)**
Estágio 3 para o Estágio 1	65	-	(5.609)	**(5.544)**
Novos ativos financeiros originados ou comprados	60.695	17.115	44.785	**122.595**
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs [1]	73.385	15.809	60.471	**149.665**
Estorno de provisão de contratos liquidados e desreconhecimento de ativos financeiros	(39.055)	(1.236)	(39.753)	**(80.044)**
Total dos movimentos	**95.069**	**21.107**	**213.208**	**329.384**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**158.811**	**62.536**	**305.385**	**526.732**

(1) Refere-se à ativos financeiros que não sofreram migração de estágio no período e que sofreram alteração do EAD e/ou PD e/ou LGD no período.

	31/12/2023			
Estágios 1-2-3	1°	2°	3°	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	**38.347**	**191.736**	**19.789**	**249.872**
Movimentos				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(162)	1.117	-	**955**
Estágio 1 para o Estágio 3	(473)	-	21.386	**20.913**
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(11.999)	18.526	**6.527**
Estágio 2 para o Estágio 1	897	(28.903)	-	**(28.006)**
Estágio 3 para o Estágio 2	-	-	-	**-**
Novos ativos financeiros originados ou comprados	33.834	16.194	24.303	**74.331**
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs [1]	(3.150)	(26.563)	26.801	**(2.912)**
Estorno de provisão de contratos liquidados e desreconhecimento de ativos financeiros	(5.551)	(100.153)	(18.628)	**(124.332)**
Total dos movimentos	**25.395**	**(150.307)**	**72.388**	**(52.524)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**63.742**	**41.429**	**92.177**	**197.348**

(1) Refere-se à ativos financeiros que não sofreram migração de estágio no exercício e que sofreram alteração do EAD e/ou PD e/ou LGD no exercício.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco Pine revisou seus modelos internos de cálculo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 45.i).

11. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

	31/12/2024	31/12/2023
Bens Não de Uso	850.572	735.551
Provisão para perdas	(2.254)	(6.740)
Total	**848.318**	**728.811**

12. DEVEDORES POR DEPÓSITO EM GARANTIA

Em 31 de dezembro de 2024, referem-se a depósitos por interposição fiscal, no montante de R$76.896 (R$99.615 em 31 de dezembro de 2023), representados por depósitos sobre imposto PIS no valor de R$56.368 (R$53.951 em 31 de dezembro de 2023) e depósitos judiciais de processos cíveis no valor de R$3.805, referente a depósito judicial para a garantia de ação de execução, movida para a cobrança de dívida. Parcela substancial deste valor encontra-se em fase de levantamento pela parte contrária, em razão do julgamento definitivo e desfavorável da defesa apresentada no processo. (R$35.424 em 31 de dezembro de 2023).

13. OUTROS ATIVOS

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos	14.820	9.581
Comissões sobre avais e fianças	31.169	13.635
Negociação e intermediação de valores com a bolsa	123.125	77.703
Despesas antecipadas	80.182	70.900
Câmbio	65.671	-
Outros recebíveis [1]	98.238	18.025
Total	**413.205**	**189.844**

(1) Em 31 de dezembro de 2024, refere-se, substancialmente, a programas de pagamento baseados em ações transferidas e bloqueadas.

14. PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS

							31/12/2024
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do exercício	Valor do investimento	Resultado de participação em coligadas
Amigoz S.A. (Anteriormente denominada BYX Produtos S.A.) [1] [2]	50,2900	2.680.456	5.330	4.190	1.965	4.327	-
BYX Capital Ltda. [1] [3] [4]	32,7400	1.403.141	4.286	89.348	71.639	39.842	22.949
Total					**73.604**	**44.169**	**22.949**

							31/12/2023
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do exercício	Valor do investimento	Resultado de participação em coligadas
Amigoz S.A. (Anteriormente denominada BYX Produtos S.A.)	40,0000	6.668	17	(3.087)	(4.622)	1.494	(614)
BYX Capital Ltda.	30,0000	1.285.715	4.286	41.724	26.977	20.255	5.258
Total					**22.355**	**21.749**	**4.644**

(1) O Conselho de Administração, em reunião realizada em 19 de janeiro de 2024, aprovou: (a) a participação do Banco Pine nas sociedades Byx Corretora de Seguros Ltda. ("Byx Corretora"), no percentual de até 40% e Amigoz Corretora de Seguros Ltda. ("Amigoz Corretora"), no percentual de até 65%, participações estas indiretas, em razão da participação do Banco Pine na Byx Capital S.A. ("Byx Capital"), a qual será a sócia única da Byx Corretora; e (ii) na Byx Produtos S.A. ("Byx Produtos"), a qual será a sócia única da Amigoz Corretora; (b) o aumento da participação do Banco Pine nas sociedades: Byx Produtos, em 25%, passando a participação de 40%, conforme aprovado em reunião do Conselho de 27 de abril de 2023, para até 65%; (ii) Byx Capital, em 10%, passando a participação de 30%, conforme aprovado em reunião do Conselho de 29 de junho de 2023, para até 40%; e Byx Originação Ltda. ("Byx Originação"), em 10%, passando a participação de 30%, conforme aprovado em reunião do Conselho de 25 de outubro de 2023, para até 40%, esclarecendo-se que a participação do Banco Pine é indireta, em razão da participação do Banco Pine na Byx Capital, a qual será a sócia única da Byx Originação; todos os aumentos de participação foram aprovados pelo Bacen em 03 de maio de 2024. Com relação à Byx Produtos, cuja denominação foi alterada para Amigoz S.A. ("Amigoz") e o tipo jurídico para limitada, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024, a participação atual do Banco Pine é de 50,29%, decorrente do aumento de capital deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada na mesma data, no valor de R$5.330, tendo o Banco Pine integralizado R$2.672. Do montante total de capital social, R$638 de outros acionistas, será integralizado até 31 de dezembro de 2025. No que tange à Byx Capital, cujo tipo jurídico foi transformado para limitada em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2023, a participação atual do Banco Pine é de 32,74%, decorrente da cessão e transferência de 153.428 quotas, pelo montante de R$5.660, de titularidade da Byx Capital, mantidas em tesouraria, ao Banco Pine, conforme 3ª alteração contratual de 18 de março de 2024. Por fim, em relação à Byx Originação, considerando que a Byx Capital é a sócia única da referida Sociedade, a participação do Banco Pine é refletida por meio da participação na Byx Capital, ou seja, 32,74%.
(2) Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de investimentos inclui ágio no montante de R$2.220 (R$1.494 em 31 de dezembro de 2023).
(3) Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de investimentos inclui ágio no montante de R$10.589 (R$7.737 em 31 de dezembro de 2023).
(4) No primeiro semestre de 2024, houve o recebimento de dividendos no montante de R$5.956.

15. IMOBILIZADO

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, sistema de processamento de dados, e sistema de transporte, 20%, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e sistema de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

	31/12/2023	01/01 a 31/12/2024				31/12/2024
	Saldo contábil	Aquisições	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Imobilizados de Uso	**6.968**	**5.370**	**(1.162)**	**29.391**	**(18.215)**	**11.176**
Instalações, Moveis e Equipamentos de Uso	6.968	5.370	(1.162)	29.391	(18.215)	11.176
Outros Imobilizados de Uso	**33.744**	**44.926**	**(7.248)**	**93.917**	**(22.495)**	**71.422**
Sistema de Segurança e Comunicação	1.743	31	(246)	3.892	(2.364)	1.528
Sistema de Processamento de Dados	-	-	-	2.278	(2.278)	-
Sistema de Transporte	-	32.443	(811)	32.443	(811)	31.632
Imobilizado de arrendamento [1]	32.001	12.452	(6.191)	55.304	(17.042)	38.262
Total	**40.712**	**50.296**	**(8.410)**	**123.308**	**(40.710)**	**82.598**

(1) O Pine utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes. No contexto dos contratos de aluguel existentes, a taxa incremental referente à locação de edifício correspondem à 12,64%, a taxa incremental referente ao leasing de máquinas e equipamentos corresponde a 16,12%, a taxa incremental referente ao imobilizado de arrendamento de sistema de transporte corresponde a 17,61%.

16. INTANGÍVEL

O intangível corresponde aos gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais e são amortizados pelo método linear à taxa anual de 10%.

	31/12/2023	01/01 a 31/12/2024				31/12/2024
	Saldo contábil	Aquisições	Amortização	Valor de custo	Amortização acumulada	Saldo contábil
Licença de uso de sistemas - *software*	18.205	10.456	(4.717)	32.057	(8.113)	23.944
Total	**18.205**	**10.456**	**(4.717)**	**32.057**	**(8.113)**	**23.944**

17. DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2024	31/12/2023
Classificação		
Passivo financeiro ao custo amortizado [1]	895.529	658.792
Total	**895.529**	**658.792**
Vencimento		
De 91 a 180 dias	895.529	658.792
Total	**895.529**	**658.792**

(1) Refere-se à certificados de depósitos interfinanceiros, captados junto à outras instituições do Sistema Financeiro Nacional.

18. DEPÓSITOS DE CLIENTES

	31/12/2024	31/12/2023
Classificação		
Passivo financeiro ao custo amortizado	15.505.071	11.262.085
Total	**15.505.071**	**11.262.085**
Tipo		
Depósitos à vista	103.631	90.167
Depósitos a prazo	14.560.012	8.934.663
Letras de crédito de agronegócio	478.681	909.917
Letras de crédito imobiliário	900.957	1.459.154
(+/-) Ajuste ao valor justo [1]	**(538.210)**	**(131.816)**
Total	**15.505.071**	**11.262.085**
Por vencimento		
Sem vencimento	103.631	90.167
Até 30 dias	520.469	546.813
De 31 a 60 dias	448.186	388.480
De 61 a 90 dias	416.916	329.880
De 91 a 180 dias	870.888	1.000.855
De 181 a 360 dias	2.952.823	1.430.764
Acima de 360 dias	10.192.158	7.475.126
Total	**15.505.071**	**11.262.085**

(1) Refere-se ao valor justo de depósitos que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 8.i).

19. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	31/12/2024	31/12/2023
Carteira Própria		
NTN - notas do tesouro nacional	2.070.000	3.320.813
Debêntures	1.236.990	726.185
Certificado de recebíveis agronegócio	24.832	-
Certificado de recebíveis imobiliários	46.420	-
Subtotal	**3.378.242**	**4.046.998**
Carteira de Terceiros		
NTN - notas do tesouro nacional	1.607.875	-
Subtotal	**1.607.875**	**-**
Total	**4.986.117**	**4.046.998**

20. OBRIGAÇÕES POR TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

No País	Taxa de Juros	31/12/2024	31/12/2023
Letras Financeiras	1,89% a.a.	990.016	726.894
Total		**990.016**	**726.894**

21. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	31/12/2024	31/12/2023
Repasses do país - instituições oficiais	44.257	-
Obrigações em moedas estrangeiras - Importação	641	-
Total	**44.898**	**-**

Por vencimento	Moeda de Emissão	Taxa de Juros	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	31/12/2024 Total
Repasses do país - instituições oficiais	R$	9,00% a.a.	-	44.257	44.257
Obrigações em moedas estrangeiras - Importação	US$	0,65% a.a.	641	-	641
Total			**641**	**44.257**	**44.898**

22. DÍVIDA SUBORDINADA

Por prazo	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 15 anos	31/12/2024	31/12/2023
Letras Financeiras Subordinada	25.731	28.268	138.042	355.383	105.196	652.620	345.294
(+/-) Ajuste ao valor justo [1]	**-**	**-**	**-**	**-**	**(34.018)**	**(34.018)**	**2.879**
Total	**25.731**	**28.268**	**138.042**	**355.383**	**71.178**	**618.602**	**348.173**

(1) Refere-se ao valor justo de depósitos que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 8.i).

Papel	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/12/2024
Letras Financeiras						
	19.076	2019	2024 até 2026	CDI	140% a 150%	29.325
	1.500	2019	2025	IPCA+	9,76%	2.126
	1.000	2020	2026	CDI	140,00%	1.018
	26.588	2021	2027 até 2028	IPCA+	9,76% a 10,15%	33.033
	30.300	2021	2027 até 2028	CDI	162% a 190%	33.870
	65.317	2022	2029	CDI	132% a 150%	92.670
	139.350	2023	2030 até 2038	CDI	100% a 162%	135.112
	287.004	2024	2031 até 2039	CDI	100% a 154%	291.448
Total	**570.135**					**618.602**

Papel	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/12/2023
Letras Financeiras						
	26.515	2018	2024	CDI	150% a 152%	27.611
	21.076	2019	2024 até 2026	CDI	140 a 150%	28.641
	1.500	2019	2025	IPCA+	9,76%	2.027
	1.000	2020	2026	CDI	140,00%	1.019
	26.588	2021	2027 até 2028	IPCA+	9,76% a 10,15%	31.492
	30.300	2021	2027 até 2028	CDI	162% a 187%	33.808
	65.317	2022	2029	CDI	132% a 150%	80.592
	139.350	2023	2030 até 2038	CDI	100% a 162%	142.983
Total	**311.646**					**348.173**

23. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado de exercícios futuros - comissão de fiança	30.685	13.516
Passivo de arrendamento	36.036	29.958
Total	**66.721**	**43.474**

24. PROVISÕES

a) Provisões para passivos contingentes, riscos fiscais, compromissos e outras provisões

	31/12/2024	31/12/2023
Contingências trabalhistas	10.389	8.593
Contingências cíveis	1.435	4.026
Contingências fiscais	578	709
Provisão para despesas de pessoal [1]	27.366	47.260
Total	**39.768**	**60.588**

(1) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, refere-se principalmente, a provisão de participação nos lucros.

b) Ativos e Passivos Contingentes

(i) Provisão para riscos fiscais

O Pine e a Pine Investimentos obtiveram decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no Art. 3º, §1°. da Lei n° 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação à essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Em relação ao COFINS, a referida decisão resultou no levantamento de valores não convertidos em renda em favor da União, pelo Banco Pine e Pine Investimentos. Não obstante, a PGFN ingressou com medida executiva, em relação à qual o Pine apresentou defesa e aguarda decisão definitiva. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não haviam depósitos judiciais referentes à COFINS.

Em relação ao PIS, o processo encontra-se sobrestado pelo fato de estar afetado pela repercussão geral reconhecida pela STF (Tema 372). Em 31 de dezembro de 2024, os depósitos relativos ao PIS, representavam R$56.368 (R$53.951 em 31 de dezembro de 2023).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024, os créditos fiscais a compensar, decorrentes de pagamentos efetuados a maior no curso dessas ações, representavam os montantes de COFINS de R$8.139 (R$3.604 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) Contingências classificadas como prováveis são provisionadas

	31/12/2024		31/12/2023	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Contingências Fiscais	578	61.431	709	58.743
Contingências Trabalhistas	10.389	11.660	8.593	5.448
Contingências Cíveis [1]	1.435	3.805	4.026	35.424
Total	**12.402**	**76.896**	**13.328**	**99.615**

(1) Em 31 de dezembro de 2023, refere-se á depósito judicial para a garantia de ação de execução, movida para a cobrança de dívida. Atualmente, os valores estão em processo de levantamento pela parte contrária no processo, pois o Superior Tribunal de Justiça já julgou definitivamente a defesa apresentada no processo.

(iii) Movimentação das provisões passivas

	31/12/2024				31/12/2023			
	Fiscais/ Obrigação Legal	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais/ Obrigação Legal	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	**709**	**8.593**	**4.026**	**13.328**	**-**	**8.206**	**5.792**	**13.998**
Constituição (reversão)	(131)	653	(2.716)	(2.194)	709	(576)	(1.166)	(1.033)
Atualização	-	1.143	125	1.268	-	963	(600)	363
Saldo final	**578**	**10.389**	**1.435**	**12.402**	**709**	**8.593**	**4.026**	**13.328**

(iv) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis:

Trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Pine não possuia processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Pine não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

Fiscais: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Pine não possuia processos fiscais classificados como possíveis.

25. OBRIGAÇÕES FISCAIS - OUTRAS

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda a pagar	6.281	4.798
Contribuição social a pagar	3.032	2.728
Total	**9.313**	**7.526**

26. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos e contribuições a pagar	21.905	21.238
Honorários advocatícios	119	154
Ordens de pagamento em moeda estrangeira	47.395	17.240
Negociação e intermediação de valores	60.875	16.895
Relações com correspondentes	344	334
Sociais e estatutárias	19.311	36.348
Recebimentos à identificar	219	211
Câmbio	-	16.382
Outros passivos [1]	539.621	104.245
Total	**689.789**	**213.047**

(1) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, refere-se, substancialmente, a obrigação por operação vinculada a cessão.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Conforme Estatuto Social, em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado totaliza R$952.678 (R$852.335 em 31 de dezembro de 2023) e está dividido em 229.747.621 ações nominativas, sendo 115.953.618 ordinárias e 113.794.003 preferenciais (186.776.151 em 31 de dezembro de 2023) sem valor nominal. O Pine fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, foi deliberado sobre a homologação parcial do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$26.252, mediante emissão de 5.926.213 novas ações nominativas, sendo 5.598.076 ordinárias e 328.137 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência da deliberação do Conselho de Administração em reunião 03 de outubro de 2024 e de acordo com as características e condições estabelecidas no Aviso aos Acionistas divulgado em 03 de outubro de 2024. O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 03 de dezembro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, foi aprovado o aumento do capital social do Banco dentro do limite do capital autorizado nos termos do Estatuto Social, no valor de, no mínimo, R$21.341 e, no máximo, R$29.857, mediante a emissão de, no mínimo, 4.817.368 ações, sendo 4.627.167 ações ordinárias e 190.201 ações preferencias, e, no máximo, 6.739.760 novas ações, sendo 6.308.409 ações ordinárias e 431.351 ações preferenciais de emissão do Banco, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O preço de emissão é de R$4,43 por ação ordinária ou preferencial do Banco. Os acionistas poderão exercer o direito de preferência na subscrição das novas ações na proporção do número de ações que possuírem. Foi concedido a todos os acionistas que constavam da posição acionária do Banco na data de 10 de outubro de 2024, o prazo de 30 dias para o exercício do direito de preferência. Após a efetiva subscrição das ações e a integralização deste Aumento de Capital, nova Reunião do Conselho de Administração do Banco foi realizada para homologar parcial ou totalmente o aumento de capital, dentro do limite de capital autorizado. Após a homologação pelo Conselho de Administração do Banco, o aumento de capital foi levado à aprovação do Bacen. Na mesma reunião, foi aprovada a emissão de Bônus de Subscrição, dentro do limite do capital autorizado, nos termos de seu Estatuto Social, sendo emitido a quantidade de 3.369.880 ações ordinárias e 3.369.880 preferenciais. O preço de exercício é de R$8,86. Cada um dos Bônus de Subscrição poderá ser exercido por seu titular, nos períodos compreendidos entre 06 de março de 2025 a 31 de março de 2028, segregados em 13 períodos. Após o término do 13° Período de Exercício, os Bônus de Subscrição que não forem exercidos serão extintos de pleno direito. As ações ordinárias e preferenciais emitidas em decorrência do exercício do Bônus de Subscrição serão em tudo idênticas às ações ordinárias e preferenciais já existentes e participarão de forma integral em quaisquer dividendos e/ou juros sobre capital próprio que vierem a ser declarados após a aprovação pelo Bacen.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de outubro de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$26.901, mediante emissão de 13.450.704 novas ações nominativas, sendo 4.483.568 ordinárias e 8.967.136 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 02 de setembro de 2024 a 30 de setembro de 2024 (“Sétimo período de exercício”). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 25 de outubro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$222, mediante emissão de 110.772 novas ações nominativas, sendo 36.924 ordinárias e 73.848 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 03 de junho de 2024 a 28 de junho de 2024 (“Sexto período de exercício”). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 24 de julho de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de abril de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$2.564, mediante emissão de 1.281.891 novas ações nominativas, sendo 427.297 ordinárias e 854.594 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de março de 2024 a 28 de março de 2024 (“Quinto período de exercício”). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 23 de abril de

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de janeiro de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$44.404, mediante emissão de 22.201.893 novas ações nominativas, sendo 7.400.631 ordinárias e 14.801.262 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de dezembro de 2023 a 28 de dezembro de 2023 (“Quarto período de exercício”). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 26 de janeiro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de outubro de 2023, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$566, mediante emissão de 282.774 novas ações nominativas, sendo 94.258 ordinárias e 188.516 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de setembro de 2023 a 30 de setembro de 2023 (“Terceiro período de exercício”). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 13 de novembro de 2023.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de julho de 2023, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$102, mediante emissão de 50.844 novas ações nominativas, sendo 16.948 ordinárias e 33.896 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de junho de 2023 a 30 de junho de 2023 (“Segundo período de exercício”). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 24 de julho de 2023.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de abril de 2023, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$2, mediante emissão de 1.326 novas ações nominativas, sendo 442 ordinárias e 884 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de março de 2023 a 31 de março de 2023 (“Primeiro período de exercício”). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 9 de maio de 2023.

b) Reservas de Capital

As reservas de capital podem ser compostas por: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente podem ser usadas para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias. Em 31 de dezembro de 2024, as reservas de capital do Banco Pine, são compostas pelo diferimento dos planos de remuneração baseados em ações.

c) Reservas de Lucros

A conta de reserva de lucros do Pine é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Pine, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Pine não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Pine deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Pine. Ademais, o Pine poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

d) Juros sobre o Capital Próprio

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$18.117, à base de R$0,080554, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 16 de janeiro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de outubro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$16.890, à base de R$0,0766333, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 21 de outubro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento adicional de juros sobre o capital próprio no montante de R$35.126, à base de R$0,159371, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 22 de novembro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$16.852, à base de R$0,0814303422, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 15 de julho de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de abril de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$16.615, à base de R$0,08005042888, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 18 de abril de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de dezembro de 2023, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$42.752, à base de R$0,2080922546, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 15 de janeiro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de julho de 2023, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$18.448, com base em Reservas Estatutárias, à base de R$0,1006339271, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 10 de agosto de 2023.

De acordo com o previsto na Lei n.º 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJLP vigente no período. Esses juros sobre o capital próprio reduziram o encargo de imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 em R$46.620 (R$27.540 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, houve deliberação de juros sobre o capital próprio, conforme quadro a seguir:

						31/12/2024
Descrição	Data de deliberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Valor por ação líquido de IR	Valor total líquido
Juros sobre o Capital Próprio	26/12/2024	16/01/2025	0,080554	18.117	0,067025	15.399
Juros sobre o Capital Próprio	03/10/2024	22/11/2024	0,159371	35.126	0,141926	29.857
Juros sobre o Capital Próprio	04/10/2024	21/10/2024	0,076633	16.890	0,068245	14.357
Juros sobre o Capital Próprio	01/07/2024	15/07/2024	0,081430	16.852	0,068127	14.324
Juros sobre o Capital Próprio	08/04/2024	18/04/2024	0,080050	16.615	0,068039	14.141
Total				**103.600**		**88.078**

						31/12/2023
Descrição	Data de deliberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Valor por ação líquido de IR	Valor total líquido
Juros sobre o Capital Próprio	21/12/2023	15/01/2024	0,208092	42.752	0,176878	36.339
Juros sobre o Capital Próprio	17/07/2023	10/08/2023	0,100634	18.448	0,085610	15.966
Total				**61.200**		**52.305**

e) Dividendos

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2024 no montante de R$3.131. O pagamento ocorrerá no dia 28 de fevereiro de 2025.

f) Ações em tesouraria

Em 18 de março de 2024, o Conselho de Administração autorizou a aquisição de até 7.000.000 de ações de própria emissão de qualquer espécie, tanto ordinária quanto preferencial, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social, em conformidade com o parágrafo 5° do artigo 7° do Estatuto Social, bem como com a Resolução CVM n° 77/22. A referida aquisição objetiva viabilizar o pagamento de remuneração variável aos Administradores do Banco Pine, em linha com a Resolução CMN n° 3.921/10.

No primeiro trimestre de 2023, o Conselho de Administração autorizou a aquisição de até 4.000.000 de ações preferenciais de própria emissão, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social, em conformidade com o parágrafo 5° do artigo 7° do Estatuto Social, bem como com a Resolução CVM n° 77/22. A referida aquisição objetiva viabilizar o pagamento de remuneração variável aos Administradores do Banco Pine, em linha com a Resolução CMN n° 3.921/10.

Em abril de 2024, houve a liberação de ações da diretoria estatutária, no montante de R$7.247, referente a planos de remuneração baseada em ações, concedidos em 16 de junho de 2023 e 21 de julho de 2023, de acordo com a Resolução CMN n° 3.921.

Em março de 2024, houve a liberação de ações da diretoria estatutária, no montante de R$7.323, referente a planos de remuneração baseada em ações, concedidos em 28 de fevereiro de 2023 e 29 de fevereiro de 2024, de acordo com a Resolução CMN n° 3.921.

Em maio de 2023, houve a liberação de ações da diretoria estatutária, no monante de R$935, referente ao plano de remuneração baseada em ações, concedido em 28 de fevereiro de 2023, de acordo com a Resolução n° 3.921.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Banco pine recomprou 6.178.300 ações, no montante de R$28.133, a um custo médio de R$4,55. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco pine recomprou 3.911.584 ações, no montante de R$6.844, a um custo médio de R$1,99.

			31/12/2024
Descrição	Valor	Quantidade	Custo médio
Ações em tesouraria no início do exercício	**6.844**	**3.533**	
Aquisições de ações	28.132	6.178	4,55
Liberações - Remuneração baseada em ações	(14.570)	(5.035)	2,89
Ações em tesouraria no final do exercício	**20.406**	**4.676**	

28. AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os saldos da rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” incluem os valores, líquido do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido e receitas e despesas reconhecidas até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado consolidada. Os valores advindos das controladas são apresentados linha a linha, nas rubricas apropriadas de acordo com sua natureza.

A demonstração de resultado abrangente inclui as variações ocorridas na rubrica "ajustes de avaliação patrimonial".

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	**(1.995)**	**(5.465)**
Instrumentos de dívida	(3.627)	(9.937)
Efeito fiscal	1.632	4.472
Outros ajustes	**-**	**(11)**
Outros	-	(17)
Efeito fiscal	-	6
Empresas coligadas		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	**-**	**(1.574)**
Instrumentos de dívida	-	(2.386)
Efeito fiscal	-	812
Outros ajustes	**(1.615)**	**-**
Outros [1]	(1.615)	-
Total	**(3.610)**	**(7.050)**

(1) Em 31 de dezembro de 2024, refere-se a efeitos contábeis reflexos decorrentes de registros ocorridos entre contas do patrimônio líquido de empresas coligadas.

Quando os títulos classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) são vendidos ou sofrem perda impairment, os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são reconhecidos no resultado.

29. RECEITAS COM JUROS E SIMILARES

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	31.753	41.304
Instrumentos de dívida	1.023.555	677.713
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.749.127	1.322.811
Total	**2.804.435**	**2.041.828**

30. DESPESAS COM JUROS E SIMILARES

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no exercício e sobre todos os passivos financeiros, calculada aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Depósitos de instituições financeiras	107.578	61.569
Depósitos de clientes	1.561.824	1.225.808
Captações no mercado aberto	529.632	420.915
Obrigações por empréstimos e repasses	10.474	2.864
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	40
Dívidas subordinadas	43.286	43.530
Outros juros	81.106	83.322
Total	**2.333.900**	**1.838.048**

31. RECEITAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica 'Receitas de tarifas e comissões' é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Pine e empresas controladas no exercício, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Comissão de Fiança	9.029	7.177
Comissões	51.739	17.298
Tarifas	13.019	23.962
Outras	6.861	3.281
Total	**80.648**	**51.718**

32. DESPESAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica 'Despesas de tarifas e comissões' mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar no exercício exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Comissões [1]	60.878	33.217
Serviços bancários	669	3.608
Teleprocessamento	4.327	3.998
Outros	1.455	1.548
Total	**67.329**	**42.371**

(1) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, refere-se principalmente, a despesas com comissões com parceiros de operações de varejo.

33. GANHOS (PERDAS) COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (LÍQUIDOS) AVALIADOS AO VALOR JUSTO

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

a) Títulos e valores mobiliários

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Instrumentos de dívida	(6.110)	38.556
Instrumentos de capital	19.773	72.252
Total	**13.663**	**110.808**

b) Derivativos

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Futuro	(662.933)	167.069
Opções	39.867	41.226
Swap	120.995	63.235
Termo	625.479	(26.163)
Total	**123.408**	**245.367**

34. VARIAÇÕES CAMBIAIS

As variações cambiais mostram, basicamente, os ganhos e perdas nas negociações de moeda, as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e os ganhos ou as perdas divulgadas para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação. Não são considerados os efeitos de variação cambial para hedge. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o valor de receita com variação cambial é de R$5.275 (despesa de R$38.176 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

35. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Recuperação de despesas	43.060	10.766
Rendas de aluguéis	1.108	3.932
Outras receitas (despesas) [1]	15.870	30.344
Outras provisões	(43)	1.499
Total	**59.995**	**46.541**

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, refere-se principalmente, à equalização dos valores a pagar de ILP, devidamente protegidos pela aquisição das ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, refere-se principalmente, (i) à atualização monetária sobre o estoque dos impostos a compensar no montante de R$15.643; e (ii) à reversão de impairment de instrumentos de dívidas, cedidos à terceiros, no montante de R$15.000.

36. DESPESAS COM PESSOAL

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Proventos	70.388	63.193
Benefícios e treinamento	19.193	16.813
Encargos sociais	30.880	25.956
Participações nos resultados	44.408	46.171
Total	**164.869**	**152.133**

37. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Despesas de água, energia e gás	465	265
Despesas com aluguéis	10.020	7.838
Despesas de arrendamento de bens	548	810
Despesas de comunicações	6.638	6.476
Despesas de manutenção e conservação de bens	3.132	883
Despesas de processamento de dados	30.861	21.946
Despesas de relações públicas	3.396	2.320
Despesas de seguros	6.967	9.114
Despesas com serviços do sistema financeiro	7.966	4.870
Despesas com serviços de terceiros	10.142	3.997
Despesas com serviços de vigilância e segurança	2.689	2.602
Despesas com serviços técnicos especializados	19.228	22.578
Despesas de transporte	1.279	566
Sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas	14.267	12.544
Despesas de viagens	3.198	1.441
Outras despesas administrativas	28.187	19.188
Total	**148.983**	**117.438**

38. PROVISÕES LÍQUIDAS

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Atualização monetária	4.443	4.487
(Provisão)/Reversão de Fianças	2.069	1.839
Total	**6.512**	**6.326**

39. RESULTADO NA ALIENAÇÃO DE BENS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a receita no montante de R$10.775 (receita no montante de R$12.815 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023) corresponde principalmente a venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito.

40. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Lucro líquido antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidos as participações no resultado	17.297	250.288
Lucro antes da tributação	**17.297**	**250.288**
Alíquota vigente	45%	45%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(7.784)	(112.630)
Diferenças permanentes	**92.221**	**40.042**
Juros sobre o capital próprio	46.620	27.540
Outros ajustes [(1)]	45.601	12.502
Imposto de renda e contribuição social	**84.437**	**(72.588)**

(1) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, refere-se, principalmente, à equivalência das empresas controladas e exclusão da receita de atualização de impostos a compensar.

b) Impostos diferidos reconhecidos no resultado

	31/12/2024	31/12/2023
Impairment	146.166	116.602
Ajustes a valor de mercado dos instrumentos financeiros	(342.854)	(36.250)
Outras provisões	(62.126)	(25.189)
Outros ajustes	(80.832)	(48.293)
Prejuízo fiscal / base negativa	465.266	466.820
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	548.130	105.534
Total	**673.750**	**579.224**

c) Impostos reconhecidos no patrimônio

	31/12/2024	31/12/2023
Avaliação de títulos (renda fixa)	1.632	5.284
Outros ajustes	-	6
Total	**1.632**	**5.290**

d) Movimentação de impostos diferidos

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	**584.514**	**772.728**
Débito (crédito) ao resultado	94.526	(189.041)
Débito (crédito) no patrimônio líquido	(3.658)	827
Saldo final	**675.382**	**584.514**

e) Prazo de realização

	31/12/2024	31/12/2023
Até 1 ano	649	131.837
De 1 a 2 anos	4.530	28.991
De 2 a 3 anos	25.691	46.299
De 3 a 4 anos	49.853	27.460
De 4 a 5 anos	72.376	28.524
De 5 a 8 anos	294.192	134.253
De 8 a 10 anos	228.091	187.150
Total	**675.382**	**584.514**

41 LIMITES OPERACIONAIS

a) Índice da Basileia

O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2024, foi de 14,54% (12,41% em 31 de dezembro de 2023), calculado a partir do 'Conglomerado Prudencial'. De acordo com a Resolução CMN nº 4.958/21, o requerimento mínimo de capital é de 10,50%, considerando fator F (8%) e 2,5% da parcela ACPConservação.

b) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3

O Pine, de acordo com a Circular Bacen nº 54/20, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico ri.pine.com.

42. GARANTIAS PRESTADAS

O Pine oferece uma série de garantias para que os seus clientes melhorem sua posição de crédito e estejam aptos a competir. O quadro abaixo apresenta todas as garantias em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	271.926	119	317.256	3.005
Outras Fianças Bancárias	236.997	9	63.270	24.860
Total	**508.923**	**128**	**380.526**	**27.865**

São fornecidos aos clientes do Pine garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Pine tenha de pagar devido a essas garantias. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

43. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Desde o exercício de 2012, o Pine aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução CMN nº 5.177/25 que revoga a Resolução CMN nº 3.921/10.

O Plano de Remuneração tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotada pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Pine; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução CMN nº 5.177/25 que revoga a Resolução CMN nº 3.921/10.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Pine; (ii) o resultado geral do Pine, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Pine está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no conjunto de indicadores institucionais e de sua unidade de negócio (vii) a performance qualitativa e quantitativa dos Administradores, baseada nos valores do Banco.

A Remuneração Variável será calculada:

a) até 50% do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie; e

b) o correspondente aos 50% restantes da remuneração variável será pago em instrumentos baseados em ações:

i. 10% do valor será pago em instrumentos baseados em ações de forma a vista; e

ii. 40% do valor será pago em instrumentos baseados em ações diferidos em 3 anos.

A entrega dos instrumentos baseados em ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

O Pine conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que é responsável por (i) propor ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da Instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução CMN nº 5.177/25 que revoga a Resolução CMN nº 3.921/10.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi apurado referente a remuneração variável no montante de R$13.360 (R$4.109 em 31 de dezembro de 2023) e a despesa de R$28.891 (R$7.501 em 31 de dezembro de 2023) de acordo com os critérios definidos no plano.

Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Remuneração fixa	12.908	9.972
Remuneração variável	13.360	4.109
Benefícios de curto prazo	12.315	4.306
Total	**38.583**	**18.387**

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados basicamente por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Remuneração baseada ações

							31/12/2024	
					Quantidade		Vencimento	
	outorga	Preço	Outorgada	Exercida	Extinta	Não exercida	% Exercível	Exercida em
PLANO IX [1]	02/03/2018	3,34	989	989	-	-	33,33% 66,66% 81,02% 100,00%	25/02/2021 25/02/2022 25/02/2023 25/02/2024
PLANO XIII [2]	28/02/2023	1,76	2.953	1.392	(142)	1.419	20,00% 46,67% 73,34% 100,00%	31/05/2023 28/02/2024 27/02/2025 27/02/2026
PLANO XIV [3]	21/07/2023	1,93	5.812	2.070	-	3.742	14,29% 57,14% 100,00%	31/03/2024 31/03/2025 31/03/2026
PLANO BÔNUS 2023	28/02/2024	4,30	2.453	491	-	1.962	20,00% 46,67% 73,34% 100,00%	31/03/2024 31/03/2025 31/03/2026 31/03/2027
PLANO RENTENÇÃO DE TALENTOS 2024	16/05/2024	4,30	290	-	-	290	25,00% 50,00% 75,00% 100,00%	31/03/2025 31/03/2026 31/03/2027 31/03/2028
Total			**12.497**	**4.942**	**(142)**	**7.413**		

(1) Programa de retenção outorgado em 02/03/2018 com 4 lotes.

(2) Conversão do Bônus da diretora do Banco Pine em Pine4 (Ações) de acordo com a Resolução CMN n° 3.921, que determina que 40% do pagamento de Bônus da Diretoria Estatutária seja convertido em ações da companhia e seus pagamentos sejam diferidos em no mínimo 3 anos. A conversão ocorreu de acordo com a média dos últimos 20 pregões da Pine4 no momento de sua outorga – 28/02/2023. O total de ações convertidas foi de 2.804 ações. Em 28 de fevereiro de 2024, foi outorgado um novo plano de remuneração baseada em ações, como complemento ao Plano XIII, com 149 ações.

(3) Programa de retenção outorgado em 16/06/2023 e 21/07/2023 com 3 lotes. Total de 5.433 ações (Pine4) outorgadas. O preço das ações foi considerado a média dos últimos 20 pregões. Em 28 de fevereiro de 2024, foi outorgado um novo plano de remuneração baseada em ações, como complemento ao Plano XIV, com 379 ações.

Em 21 de julho de 2023, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (Plano XIV), de acordo com a Resolução CMN n° 3.921.

Em 28 de fevereiro de 2023, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (Plano XIII), de acordo com a Resolução CMN n° 3.921.

Em 28 de fevereiro de 2024, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (Plano Bônus 2023), de acordo com a Resolução CMN n° 3.921.

Em 16 de maio de 2024, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (Retenção de Talentos 2024), de acordo com a Resolução CMN n° 3.921.

Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos, se condicionados, poderão ser descontinuados.

b) Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente com as empresas discriminadas na nota 3.a, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

	Taxa de Juros		Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	% CDI	Prazos até	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Administradores [1]			**(7.976)**	**(20.007)**	**(359)**	**(138)**
Depósitos à vista	-	Sem vencimento	(6)	(67)	-	-
Depósitos à prazo	100% a 120% CDI e 100% IPCA	26/03/2031	(5.305)	(17.826)	(213)	(34)
Recursos de letras de crédito do agronegócio	98% a 105% CDI	28/05/2025	(125)	(58)	(7)	(7)
Recursos de letras de crédito imobiliário	95% a 102% CDI	16/04/2027	(870)	(463)	(61)	(26)
Recursos de letras financeiras	100% CDI e 100% IPCA	14/06/2028	(1.670)	(1.593)	(78)	(71)
Familiares imediatos [1]			**(5.562)**	**(16.009)**	**(2.516)**	**(496)**
Operações de crédito	CDI + 4,00% a.a	08/12/2026	41.043	-	(302)	-
Depósitos à vista	-	Sem vencimento	(11.559)	(5.026)	-	-
Depósitos à prazo	99% a 120% CDI	31/12/2027	(6.304)	(1.778)	(168)	(93)
Recursos de letras de crédito do agronegócio	100% CDI	08/07/2024	-	(32)	-	(4)
Recursos de letras de crédito imobiliário	98% a 102% CDI	18/05/2026	(488)	(471)	(47)	(25)
Recursos de letras financeiras	135% CDI e 100% IPCA	27/09/2030	(28.254)	(8.702)	(1.999)	(374)
Empresas ligadas			**(61.152)**	**(68.172)**	**(5.553)**	**(1.785)**
Valores a Receber						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.			1	3	16	24
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.			2.016	25	510	138
Pine Capital Ltda. (Anteriormente denominada Pine Planejamento e Serviços Ltda.)			-	-	6	1
Pine Corretora de Seguros Ltda.			16	-	125	111
Pine Ativos Imobiliários LTDA			2.994	2	55	21
Depósitos à vista						
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.		Sem vencimento	(8.920)	(10)	-	-
Pine Capital Ltda. (Anteriormente denominada Pine Planejamento e Serviços Ltda.)		Sem vencimento	(1)	(203)	-	-
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.		Sem vencimento	(1.592)	(421)	-	-
Pine Corretora de Seguros Ltda.		Sem vencimento	(107)	(81)	-	-
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.		Sem vencimento	(1)	-	-	-
Pine Ativos Imobiliários LTDA		Sem vencimento	(7)	-	-	-
Depósitos à prazo						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	99% CDI	20/10/2028	(4.235)	(4.265)	(431)	(257)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99% CDI	28/12/2027	(31.161)	(8.912)	(1.681)	(108)
Pine Capital Ltda. (Anteriormente denominada Pine Planejamento e Serviços Ltda.)	99% CDI	04/09/2026	(337)	-	(16)	(23)
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.	99% CDI	06/12/2027	(2.560)	(17.600)	(515)	(242)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99% CDI	03/11/2028	(7.981)	(5.234)	(656)	(492)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	99% CDI	20/10/2028	(8.391)	(10.325)	(907)	(190)
Pine Ativos Imobiliários Ltda.	99% CDI	06/12/2027	(876)	(21.151)	(2.058)	(768)
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda.	112% CDI	11/01/2027	(10)	-	(1)	-
Empresas coligadas			**2.922**	**1.211**	**-**	**4.493**
Valores a Receber						
Amigoz Ltda.	-	-	2.924	534	-	-
Depósitos à vista						
Amigoz Ltda.	-	Sem vencimento	(1)	(2)	-	-
BYX Capital Ltda.	-	Sem vencimento	(1)	-	-	-
Depósitos a prazo						
BYX Capital Ltda.	102% CDI	16/09/2026	-	(6.139)	-	(100)
Instrumentos Financeiros Derivativos						
BYX Capital Ltda.	-	-	-	6.818	-	4.593

(1) Os valores referente aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, dos acionistas com mais de 5% do total de ações, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

						31/12/2024
Acionistas	Ações Ordinárias	% - Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% - Ações Preferenciais	Total de Ações	% - Total de Ações
Pessoa Física	113.433.026	97,83	40.402.028	35,50	153.835.054	66,96
Pessoa Jurídica	584.239	0,50	14.698.439	12,92	15.282.678	6,65
Conselho de Administração	3.044	0,00	118.852	0,10	121.896	0,05
Conselho Fiscal	587.983	0,51	6.928.077	6,09	7.516.060	3,27
Administradores	204.554	0,18	5.872.027	5,16	6.076.581	2,64
Total	**114.812.846**	**99,02**	**68.019.423**	**59,77**	**182.832.269**	**79,57**

						31/12/2023
Acionistas	Ações Ordinárias	% - Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% - Ações Preferenciais	Total de Ações	% - Total de Ações
Pessoa Física	97.895.475	100,00	20.662.132	23,28	118.557.607	63,48
Pessoa Jurídica	-	-	13.215.548	14,89	13.215.548	7,08
Conselho de Administração	-	-	201.405	0,23	201.405	0,11
Administradores	-	-	3.285.245	3,70	3.285.245	1,76
Total	**97.895.475**	**100,00**	**37.364.330**	**42,10**	**135.259.805**	**72,43**

44. OUTRAS DIVULGAÇÕES

a) Covenants

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024, o Pine não possuía empréstimos com covenants atrelados. Em 13 de dezembro de 2023, os empréstimos de longo prazo, incluindo organismos multilaterais, classificados na rubrica 'Obrigações por empréstimos e repasses', que possuíam cláusulas contratuais de cumprimento de obrigações (covenants) atreladas a condições de performance foram liquidados.

45. GERENCIAMENTOS DE RISCOS

a) Introdução

O Banco Pine apresenta como diferencial a postura conservadora na gestão dos riscos inerentes às suas atividades, através da abordagem de gerenciamento integrado de riscos e capital, sendo sua supervisão realizada por comitês colegiados que apoiam as decisões da Administração.

As práticas de gerenciamento integrado e controle de risco, refletindo as melhores práticas de mercado, buscam identificar e definir limites de monitoramento das perdas financeiras de forma a assegurar que os objetivos do conglomerado sejam cumpridos, que as metas de lucratividade sejam alcançadas, de forma sustentável e em observância ao apetite de riscos definido, sempre mantendo transparência na governança corporativa.

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos é definida pelo Conselho de Administração, que estabelece as funções subsidiárias ao Comitê de Gestão de Riscos e Capital, ao CRO e à Diretoria, no que tange as atribuições de aprovação de modelos de cálculo, dos fatores de risco, das métricas e indicadores para controle e monitoramento de limites e alertas.

O gerenciamento integrado de Riscos do Banco Pine abrange os grupos de riscos tratados no contexto de riscos financeiros, riscos operacionais e riscos estratégicos, isolados e/ou conjuntamente.

b) Gerenciamento Integrado de Riscos

O processo de gerenciamento integrado de riscos no Pine compreende o conjunto de atividades integradas de gestão e no controle, desde a definição de estratégias, diretrizes, cálculo, divulgação periódica de informações de gestão, controle e monitoramento (Teste de Uso).

A estrutura de governança do gerenciamento integrado de riscos, compreende:

Gerenciamento do risco de crédito

• Conselho de Administração, para definição do apetite de risco e aprovação das políticas de risco;

• Comitê de Gestão de Riscos e Capital, para supervisão e coordenação gerais;

• Comitê de Portfolio, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (crédito e sócio ambiental);

• Comitê ALCO (Asset and Liability Committee) e Comitê de Riscos e Tesouraria, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (liquidez);

• CRO (Chief Risk Officer), para acompanhamento e implementação das definições e diretrizes estabelecidas;

• Área Tesouraria, para acompanhamento do mercado e negociação de operações de zeragem no mercado;

• Demais Áreas de Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, para negociação de operações com clientes e para registro, processamento e contabilização;

• Área de Controladoria, para acompanhamento gerencial de operações e programação orçamentária;

• Área de Controle de Riscos, para cálculo de riscos e controle de limites;

Os processos e as políticas de gerenciamento e controle de riscos são submetidos a revisões periódicas, com objetivo de garantir alinhamento às melhores práticas de mercado, bem como o atendimento à regulamentação em vigor.

As atividades de controle de riscos são realizadas de forma centralizada por área independente em relação às áreas de Tesouraria, Controladoria, Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, garantindo isenção no reporte e implementação das ações corretivas identificadas.

RAS

A avaliação e definição do apetite de riscos são realizadas de forma estruturada e coordenada através da Declaração de Apetite a Riscos (RAS, Risk Appetite Statement), instrumento de gestão que integra os diversos tipos de risco e implementa seu monitoramento periódico, frente aos níveis estabelecidos, em atendimento aos objetivos da Administração e em conformidade com a programação orçamentária de negócio e aos requerimentos regulatórios. A RAS estabelece os indicadores através de limites e alertas, com acompanhamento periódico, sejam estratégicos ou superiores, sejam táticos ou operacionais.

c) Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;

• Avaliação da necessidade de capital para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse;

• Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O Banco Pine possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco.

d) Categorias de Riscos

Risco de Crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, incluindo variação das taxas de juros, de câmbio, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Risco Socioambiental

O Risco Socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, próprios ou de clientes e parceiros, pela instituição.

Risco de Conformidade

O Risco de Conformidade (ou regulatório) é definido como a possibilidade da instituição sofrer sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de Leis, Regulamentações, Recomendações dos órgãos de supervisão e Códigos de auto regulação aplicáveis.

Risco Reputacional (ou imagem)

O Risco Reputacional é definido pela possibilidade de perdas financeiras decorrentes da impossibilidade da instituição em manter e ou estabelecer novas relações no mercado e em sua base de clientes.

e) Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição, concentração, suficiência de garantias e adimplência de valores a receber de clientes e contrapartes;

• Avaliação e monitoramento da necessidade de provisionamento para perdas, alocação adicional de garantias, e/ou reestruturação de crédito, considerando os indicadores de inadimplência, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse;

• Planejamento de metas e de controle de limites de risco de crédito, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métrica de Controle e Gestão

As análises do risco de crédito são realizadas com base nas seguintes métricas:

Rating e Limite de Crédito

A classificação de risco de inadimplência (rating) e a concessão de limite de crédito, realizados de forma estruturada e coordenada e formalizado através da PLC (Proposta de Limite de Crédito), têm por objetivo avaliar e atribuir a exposição máxima esperada com clientes e contrapartes, produtos, volumes, prazos e de garantia exigidas.

Monitoramento de Concentração

O monitoramento de concentração tem por objetivo definir e monitorar a exposição máxima esperada por rating, classificação de risco, cliente, contraparte, segmento econômico, região geográfica e prazo.

Monitoramento de Indicadores de Inadimplência

O monitoramento de inadimplência tem por objetivo acompanhar e definir os níveis aceitáveis de provisionamento de perda frente aos prazos de atraso no recebimento de valores a receber de clientes e contrapartes. Destes indicadores destaca-se o índice 'Over 90', que demonstra, ao longo do tempo o comportamento da carteira, permitindo a identificação e implementações de ações corretivas.

f) Exposição máxima ao risco de crédito — Instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela abaixo representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito dos instrumentos financeiros para os quais uma provisão para perda esperada é reconhecida. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas abaixo são baseadas em valores contábeis, conforme reportado no balanço patrimonial.

	31/12/2024			
	Estágios			
Ativos Financeiros	1°	2°	3°	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado	**13.442.380**	**369.331**	**308.569**	**14.120.280**
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	127.480	-	-	127.480
Empréstimos e adiantamentos a clientes e recebíveis	7.746.504	369.331	308.569	8.424.404
Instrumentos de dívida	5.568.396	-	-	5.568.396
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	**2.325.620**	**34.192**	**4.785**	**2.364.597**
Títulos e valores mobiliários públicos e privados	2.325.620	34.192	4.785	2.364.597
Garantias prestadas e responsabilidades	**893.128**	**-**	**117.065**	**1.010.193**
Limites de crédito a liberar	**93.306**	**-**	**10**	**93.316**
Exposição Máxima dos instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável	**16.754.434**	**403.523**	**430.429**	**17.588.386**
(-) Provisão para perdas esperadas - Custo Amortizado	(158.811)	(62.536)	(305.385)	(526.732)
Exposição Líquida	**16.595.623**	**340.987**	**125.044**	**17.061.654**

				31/12/2023
	Estágios			
Ativos Financeiros	1°	2°	3°	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado	**10.864.576**	**487.132**	**99.737**	**11.451.445**
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	437.680	-	-	437.680
Empréstimos e adiantamentos a clientes e recebíveis	5.625.153	487.132	99.737	6.212.022
Títulos de valores mobiliários públicos e privados	4.801.743	-	-	4.801.743
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	**931.323**	**33.890**	**25.070**	**990.283**
Títulos e valores mobiliários públicos e privados	931.323	33.890	25.070	990.283
Garantias prestadas e responsabilidades	**434.833**	**2.967**	**34.594**	**472.394**
Limites de crédito a liberar	**101.601**	**14**	**300**	**101.915**
Exposição Máxima dos instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável	**12.332.333**	**524.003**	**159.701**	**13.016.037**
(-) Provisão para perdas esperadas - Custo Amortizado	(63.742)	(41.429)	(92.177)	(197.348)
Exposição Líquida	**12.268.591**	**482.574**	**67.524**	**12.818.689**

g) Exposição máxima ao risco de crédito — Instrumentos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela a seguir contém uma análise da exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros não sujeita a provisão ao valor recuperável:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros ao valor justo (VJR)	**1.553.327**	**2.510.581**
Instrumentos de dívida	1.552.621	2.510.363
Instrumentos de capital	706	218
Instrumentos financeiros derivativos	**3.063.701**	**1.877.228**
Exposição Máxima dos instrumentos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável	**4.617.028**	**4.387.809**

h) Qualidade de crédito

O quadro abaixo apresenta a exposição total dos ativos financeiros classificados por nível de risco em:

		Total em %
Classificação Interna	31/12/2024	31/12/2023
Baixo	97%	92%
Médio	2%	4%
Alto	1%	4%

O Banco Pine estimou os fluxos de caixa esperados, levando em consideração todos os termos contratuais do ativo financeiro, incluindo as perdas de crédito esperadas.

i) Avaliação da redução ao valor recuperável

Em 31 de dezembro de 2023, o Banco Pine revisou seus modelos internos de cálculo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, reestruturando a segmentação, criando modelos específicos para melhorar segmentação das operações de crédito, reagrupando os produtos com mesmo perfil de risco e adicionando novas variáveis preditivas.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para 12 meses (PE 12 meses) e para a vida da operação (PE Vida) foi recalibrada, com o objetivo de melhorar a previsibilidade de perdas futuras provenientes de operações de crédito em default.

O modelo de LGD foi revisado, alterando a metodologia genérica para um modelo ponderado por tipo de garantia, aumentando a qualidade e eficiência do modelo.

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo Banco Pine para fins de elaboração destas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais práticas contábeis do Pine (nota 3).

(i) Deterioração do nível de risco

O Pine considera como um instrumento financeiro inadimplente e, consequentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de PE, todos os casos que se encontram vencidos há mais de 90 dias em relação a seus pagamentos contratuais. Para operações interbancárias (operações interfinanceiras de liquidez), o Pine as considera inadimplentes quando o pagamento intra diário requerido não é realizado ao final da operação conforme determinado nos termos contratuais.

Como parte de avaliação qualitativa o Pine considera a classificação interna de risco de crédito.

(ii) Classificações internas de risco e o processo de estimativa da probabilidade de inadimplência (*probability of default – PD*)

O Pine possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (ratings) a seus clientes, associados empiricamente a probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

(iii) Mensuração do risco de crédito

Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas (PE), considerando a capacidade do cliente em aumentar sua exposição enquanto se aproxima da inadimplência e o potencial de ocorrência de pagamentos antecipados.

Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto e faixa de utilização do limite atual, com base na análise dos dados de inadimplência recentes do Pine.

Para calcular a EAD o Banco Pine faz a seguinte consideração em relação às classificações em estágios:

• Para uma operação que esteja no Estágio 1, o Banco Pine avalia a possibilidade de default nos próximos 12 meses para o cálculo da PE.

• Para uma operação que esteja nos Estágios 2 e 3, o Banco Pine avalia a possibilidade de default ao longo da vida para o cálculo da PE.

Aumento significativo de risco de crédito

O Banco Pine considera que uma operação teve aumento significativo de risco de crédito (migração para o estágio 2) quando seu atraso atingir 30 dias ou quando a operação flegar como renegociação.

O Banco Pine considera que há aumento significativo do estágio 2 para o estágio 3 quando o ativo financeiro possui atraso superior a 90 dias ou a operação em renegociação apresentar atraso superior a 60 dias.

Perda em caso de default (LGD)

O Banco Pine monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o Banco Pine avalia se houve um aumento significativo no risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

Agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas

Conforme mencionado na nota 3.l, o Pine calcula suas perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de Empréstimos e adiantamentos a clientes.

O Banco Pine agrupa essas exposições através de critérios e grupos homogêneos de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

• Segmentação de Carteira (Atacado, Varejo, Multisacado e Fianças);

• Para modelo atacado, incluímos o agrupamento por produto (capital de giro, cheque empresa, títulos e valores mobiliários e outros); e

• Para modelo varejo, observamos a modalidade de produto (INSS, FGTS, cartão benefício e outros benefícios).

j) Garantias recebidas (mitigadoras da exposição máxima ao risco de crédito)

As garantias são consideradas como segunda fonte de pagamento, dada eventual inadimplemento do devedor.

As garantias formalizadas em operações de crédito são aprovadas em comitê, formalizadas e/ou constituídas por área distinta da área responsável por contratação e controladas em sistema específico.

k) Risco de liquidez

Definição

O Risco de Liquidez é a possibilidade do Pine não satisfazer suas necessidades de caixa para o cumprimento de suas obrigações correntes e futuras ou de novas exigências de recursos sem afetar a continuidade de suas operações.

Gestão de risco de liquidez

A gestão de liquidez tem como objetivo identificar, informar e precaver o Pine de possíveis movimentos de mercado que gerem problemas de liquidez. Nesse sentido, o Pine monitora a exposição ao risco de liquidez de suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos.

O gerenciamento do risco de liquidez abrange os processos de controle, monitoramento e planejamento efetuados através de relatórios enviados aos integrantes do ALCO - *Asset and liability committee* e alta Administração, bem como aprovação de políticas, estratégias, diretrizes, cenários e limites no referido comitê e aprovados pelo Conselho de Administração do Conglomerado, conforme segue:

Diariamente (Superintendência de Risco de Liquidez & Mercado e Produtos):

• Posição e movimentação da liquidez do conglomerado;

• Monitoramento dos indicadores do risco de liquidez.

Semanalmente (ALCO - *Asset and liability committee*):

• Fluxo de descasamentos entre pagamentos, recebimentos e outras movimentações de todo conglomerado (*funding gap*);

• Projeção da movimentação da liquidez do conglomerado considerando os planos das áreas de negócios, necessidades de captação e nível de liquidez desejado;

Mensalmente (ALCO - *Asset and liability committee)* :

• Projeção de cenários de estresse de liquidez : moderado e extremo;

• Metodologia de definição dos níveis de liquidez desejado e mínimo;

• Revisão do plano de contingência de liquidez e dos indicadores do risco de liquidez.

As políticas de gestão do risco de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições do ALCO - *Asset and liability committee* .

Desta forma, no processo de gestão do risco de liquidez no Pine, o conjunto de atividades que estão relacionadas e integradas na gestão, desde a definição de estratégias, diretrizes, controle, monitoramento até o gerenciamento, são desempenhadas e estão distribuídas nas seguintes unidades:

• Comitê de Ativos e Passivos (ALCO - *Asset and liability committee*);

• Área ALM na Tesouraria;

• Risco de Liquidez & Mercado e Diretoria de Riscos, Compliance, PLD e Segurança da Informação.

l) Gerenciamento de Risco de Liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento de níveis adequados de liquidez;

• Avaliação da necessidade de manutenção de liquidez mínima para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse;

• Planejamento de metas e de necessidade de liquidez, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métricas de Controle e Gestão

As análises do risco de liquidez são realizadas com base nas seguintes métricas:

Liquidez Efetiva na Data

A liquidez efetiva na data tem por objetivo apurar o saldo realizado e a projeção para D+1 e as movimentações já contratadas nos saldos dos ativos que compõem a liquidez efetiva, títulos públicos livres, compromissada Selic e disponível em ME.

Liquidez *Target*

A liquidez *target* tem por objetivo demonstrar o valor esperado a manutenção da continuidade dos negócios correntes, calculado em função do objetivo estratégico e do valor considerando margem de segurança em excesso à 'Liquidez Mínima'.

Liquidez Cenário Projetado e Cenário Estresse

A liquidez cenários projetado e estresse têm por objetivo demonstrar cenários prospectivos de liquidez, construídos a partir da 'Liquidez na Data', em consonância com a programação orçamentária e de negócio, considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Liquidez Mínima (Cenário Projetado e Cenário Estresse)

A liquidez mínima, nos cenários projetado e estresse, tem por objetivo demonstrar os montantes mínimos representativos de 'colchão' a ser mantido, calculado de forma prospectiva, em consonância com a programação orçamentária e de negócio considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Plano de Contingência de Liquidez

O pano de contingência de liquidez tem por objetivo estabelecer um conjunto de medidas, procedimentos e responsabilidades a serem adotados em situações de necessidade de liquidez, que alterem o perfil de prazo e volume de recebimentos de ativos e passivos.

Balanço Patrimonial por liquidez

O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando os fluxos não descontados (exceto os derivativos) de acordo com o período em que se estima que sejam recuperados ou liquidados.

					31/12/2024
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos
ATIVO					
Disponibilidades [1]	1.443.076	77.998	409.544	324.611	360.793
Instrumentos de dívida	(134.694)	-	409.544	912.619	122.911
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.883.292	1.912.711	4.089.779	1.862.725	373.419
Total	**3.191.674**	**1.990.709**	**4.908.867**	**3.099.955**	**857.123**
PASSIVO					
Depósitos de clientes	149.906	357.708	1.000.470	1.427.165	3.238
Depósitos de instituições financeiras	1.309.164	2.344.087	6.061.961	847.453	196.822
Captações e depósitos com liquidez disponível	-	92.781	52.163	-	-
Total	**1.459.070**	**2.794.576**	**7.114.594**	**2.274.618**	**200.060**
Derivativos	**2.379.568**	**(1.281.526)**	**(1.440.548)**	**-**	**-**
GAP	**4.112.172**	**(2.085.393)**	**(3.646.275)**	**825.337**	**657.063**

(1) Contém saldos referentes à Títulos Públicos com liquidez, apresentados pelo prazo final de seus vencimentos.

m) Gerenciamento de Risco de Mercado

O gerenciamento de risco de mercado compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição às variações de mercado;

• Avaliação da necessidade de adequação das exposições, através de hedge, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse;

• Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Intenção de Negociação

O risco de mercado é apurado em conformidade com a estratégia de negócio e a intenção de negociação das operações, podendo ser:

A 'Carteira de Negociação' (trading) é composta por operações negociadas com a intenção de giro, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem de assimetrias de mercado. O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão DDR (Demonstrativo Diário de Acompanhamento das Parcelas de Requerimento de Capital e Limites Operacionais) BACEN, compatível com a abordagem VaR.

A 'Carteira Bancária' (banking) é composta pelas demais operações não classificadas na 'Carteira de Negociação' (trading). O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão IRRBB (Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária) BACEN, compatível com a abordagem movimentos adversos no resultado e no capital em decorrência de choque nas curvas de juros.

Métricas de Controle e Análises

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

Análise de Valor em Risco (*Value at Risk – VaR*)

O VaR tem por objetivo apurar a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança. Utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%, com apuração por mercado, vértices de vencimento e por fator de risco.

Análise de Resultado Gerencial à Mercado

A análise de resultado a mercado tem por objetivo apurar o resultado gerencial econômico a mercado (MtM), pelo apreçamento dos ativos e passivos, segregando seu impacto conforme a natureza do resultado, se contábil e/ou gerencial.

Análise de Sensibilidade e de Estresse

A análise de sensibilidade tem por objetivo avaliar a variação do valor de mercado da carteira considerando o deslocamento de 1 ponto-base (DV01) nas curvas de juros ou conforme cenários pré-estabelecidos.

O quadro demonstra a análise da sensibilidade para as operações com instrumentos financeiros, em decorrência da possibilidade de variação cambial, juros ou quaisquer outros fatores. Para a apuração dos impactos às taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos DV01s, para a data base:

n) Análise de sensibilidade

O quadro demonstra a análise da sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que exponham o Pine a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição, sendo que para a apuração dos impactos as taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s apurados em 31 de dezembro de 2024:

		Análise de Sensibilidade		
		31/12/2024		
		Cenários		
Fator de Risco	Exposição	Provável (I)	Possível (II)	Remoto (III)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	(335.730)	(419.662)	(629.493)
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	143.659	179.574	269.361
Taxa Referencial (TR)	Variações na TR	-	-	-
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	1.599	1.998	2.997
Taxas de Cupom de Outras Moedas	Variação cupom cambial	(593)	(741)	(1.112)
Taxas OffShore (Libor + outras *Offshore*)	Variação nas taxas OffShore	(1.279)	(1.599)	(2.398)
Cesta de Moedas	Variação na cotação da cesta de moedas	1.264	1.580	2.370
Total (soma não correlacionada)*		**(191.080)**	**(238.850)**	**(358.275)**
Total (soma correlacionada)**		**(192.085)**	**(240.107)**	**(360.160)**

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Cenários

Cenário I - Provável

Cenário composto pela soma dos preços ou taxas de mercado em 31 de dezembro de 2024 e suas respectivas volatilidades apuradas através do método de EWMA (λ=94).

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	15,42%	0,01%	15,43%
Índice de Preços (IPCA)	8,43%	0,01%	8,44%
Taxa Referencial (TR)	1,94%	0,01%	1,95%
Taxa de Cupom de Dólar	6,00%	0,01%	6,01%
Taxa de Cupom de Outras Moedas	6,18%	0,01%	6,19%
Taxas *OffShore* (Libor + outras Offshore)	3,85%	0,01%	3,86%
Moedas	6,19	0,01%	5,32

Cenário II - Possível

Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	15,42%	25%	19,28%
Índice de Preços (IPCA)	8,43%	25%	10,54%
Taxa Referencial (TR)	1,94%	25%	2,43%
Taxa de Cupom de Dólar	6,00%	25%	7,49%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	6,18%	25%	7,72%
Taxas *OffShore* (Libor + outras Offshore)	3,85%	25%	4,81%
Moedas	6,19	25%	7,74

Cenário III - Remoto

Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	15,42%	50%	23,13%
Índice de Preços (IPCA)	8,43%	50%	12,65%
Taxa Referencial (TR)	1,94%	50%	2,92%
Taxa de Cupom de Dólar	6,00%	50%	8,99%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	6,18%	50%	9,26%
Taxas *OffShore* (Libor + outras Offshore)	3,85%	50%	5,77%
Moedas	6,19	50%	9,29

(i) Balanço por moeda

O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos de acordo com sua exposição à moedas, considerando os fluxos não descontados (exceto os derivativos) de acordo com as principais moedas negociadas.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Dólar	Euro	Dólar	Euro
ATIVO				
Disponibilidades	48.620	1.562	26.429	1.398
Empréstimos e adiantamentos a clientes	97.413	8.407	104.603	7.371
Outros ativos	(7.166)	-	(6)	-
Total	**138.867**	**9.969**	**131.026**	**8.769**
PASSIVO				
Depósitos de clientes	-	-	500	-
Obrigações por empréstimos e repasses	1.999	-	1.211	-
Relações com correspondentes	24.299	1.443	9.958	21
Total	**26.298**	**1.443**	**11.669**	**21**
Derivativos	**115.089**	**7.646**	**100.533**	**8.184**
GAP	**(2.520)**	**880**	**18.824**	**564**

(ii) Balanço por Risco de Mercado

O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos de acordo com sua exposição à mercado, considerando os fluxos não descontados (exceto os derivativos) de acordo com os principais fatores de risco incorridos.

	31/12/2024			31/12/2023		
	Pré	IPCA	TR	Pré	IPCA	TR
ATIVO						
Disponibilidades	2.469.207	146.815	-	1.623.711	299.583	-
Instrumentos de dívida	2.347.918	(94.296)	-	2.212.629	(261.555)	53.861
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9.548.022	15.054	-	3.664.699	7.271	149.051
Total	**14.365.147**	**67.573**	**-**	**7.501.039**	**45.299**	**202.912**
PASSIVO						
Depósitos de clientes	3.014.075	20.873	-	1.627.380	20.689	-
Depósitos de instituições financeiras	7.760.176	3.767.315	-	8.555.278	2.545.447	-
Captações no mercado aberto	178.309	-	-	37.431	-	17.251
Total	**10.952.560**	**3.788.188**	**-**	**10.220.089**	**2.566.136**	**17.251**
Derivativos	**(158.790)**	**-**	**-**	**(16.227)**	**-**	**-**
GAP	**3.253.797**	**(3.720.615)**	**-**	**(2.735.277)**	**(2.520.837)**	**185.661**

o) Gerenciamento de Outros Riscos Relevantes

O gerenciamento dos demais riscos relevantes compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento de indicadores representativos dos eventos críticos;

• Avaliação da necessidade de adequação e melhoria de processos, ferramentas e soluções, para fazer frente à programação de negócio e incorporar novas exigências regulatórias, tecnologias e práticas de mercado, inclusive garantindo a implementação do plano de continuidade de negócio, sob condições de estresse; e

• Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Política de Responsabilidade Sócio Ambiental e Climática (PRSAC)

A PRSAC tem por objetivo estabelecer e apresentar a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental e climático por meio de diretrizes que permeiam a estratégia da Instituição em relação a este tema. Tal Política contém princípios que norteiam as ações de natureza socioambiental e climática nos negócios e nas relações do Pine com as partes interessadas, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas de negócio, como também para um desenvolvimento sustentável.

As partes interessadas são os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Instituição, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que podem ser impactadas por nossas atividades. Assim sendo, o Pine faz consultas e diálogos estruturados com suas Partes Interessadas, a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão dos negócios e promover aprendizados contínuos para ambos os lados. A PRSAC estimula a participação das Partes Interessadas em seu processo de elaboração.

No processo de avaliação e concessão de crédito levamos em consideração a análise de riscos socioambientais do cliente, ou seja, se o Compliance e PLD encontrar alguma inconsistência referente ao tema socioambiental, o cliente poderá ter um impacto negativo no seu rating de crédito que será definido pela área de Análise de Crédito.

Além disso, neste processo considera-se uma lista restritiva que identifica segmentos ou organizações para as quais o Pine tem restrições na concessão de crédito ou financiamento. Essa lista leva em consideração projetos e empresas que estejam envolvidos com práticas trabalhistas ilegais, que firam os Direitos Humanos ou, ainda, que produzam, comercializem ou utilizem produtos, substâncias ou atividades considerados nocivos à sociedade e ao meio ambiente. Para evitar danos à sua reputação e não fomentar negócios que não estão em conformidade com os princípios e as políticas, o Pine realiza uma avaliação contínua dos clientes atuais e potenciais que atuam em setores críticos do ponto de vista socioambiental.

O Banco Pine está revisando seus processos e políticas internas para medir, controlar e, quando aplicável, reduzir os riscos associados a cada cliente do seu portfólio

Tecnologia da Informação

O Banco Pine se caracteriza pelo *mindset* digital e investe estrategicamente em melhoria contínua do ambiente tecnológico, incorporando as tendências de novos produtos e linguagens e adotando melhores práticas de mercado, na automatização contínua dos processos críticos e na formulação de solução sistêmica para integração dos processos internos visando escalabilidade, sinergia e agilidade.

Plano de Continuidade de Negócios

O Banco Pine adota políticas conservadoras de armazenamento e segurança de dados e soluções tecnológicas que permitem a manutenção dos sistemas e informações essenciais com redundância e replicação em tempo real, para mitigar os impactos causados e falhas operacionais de hardware e software, no seu próprio ambiente tecnológico e na infraestrutura e conectividade de mercado.

A estrutura e capacidade de processamento computacional garantem a manutenção dos níveis de performance e segurança para o funcionamento adequado dos aplicativos e soluções sistêmicas para atendimento ao cliente, tratamento de informações cadastrais, negociação de operações, controle financeiro e contabilização, controle de riscos, e processamento de dados.

Segurança de Informação

O Banco Pine adota procedimentos estritos para garantia da segurança de informação. Qualquer violação de segurança causada por acesso não autorizado às informações ou sistemas, que podem ter efeito adverso relevante sobre o negócio, estão cobertas pelo monitoramento contínuo, seja para garantia da integridade física dos dados, seja também para fins de atendimento às exigências da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados, de 2018).

46. RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (BRGAAP e IFRS)

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Pine foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, denominadas "BRGAAP" e estão sendo apresentadas separadamente dessas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

De acordo com a Resolução CMN n° 4.818/20, apresentamos a seguir a reconciliação do lucro líquido e patrimônio líquido entre o BRGAAP e o IFRS:

Resultado	Referência	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Resultado - BRGAAP		**258.248**	**180.878**
Resultado de não-controladores [1]		296	-
Ajuste IFRS 9 - Perda ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis - *Impairment*	a	(284.964)	(7.920)
Ajuste IFRS 9 - Diferimento de tarifas bancárias e comissões (taxa efetiva de juros)	b	(357)	1.763
Ajuste IFRS 16 - Aluguel	c	183	530
Ajuste IFRS - Ativo fiscal diferido	d	128.328	2.449
Resultado - IFRS		**101.734**	**177.700**

(1) Refere-se à participação de não controladores do Chimera Alternative Assets I FIDC. A consolidação desse Fundo não é aplicável às Demonstrações Financeiras em BRGAAP.

Patrimônio Líquido	Referência	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio Líquido - BRGAAP		**1.227.207**	**984.480**
Participação de não-controladores [1]		4.100	-
Ajuste IFRS 9 - Perda ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis - *Impairment*	a	(280.653)	4.311
Ajuste IFRS 9 - Diferimento de tarifas bancárias e comissões (taxa efetiva de juros)	b	(3.752)	(3.395)
Ajuste IFRS 16 - Aluguel	c	(1.482)	(1.665)
Ajuste IFRS - Ativo fiscal diferido	d	126.497	(1.832)
Patrimônio Líquido - IFRS		**1.071.917**	**981.899**

(1) Refere-se à participação de não controladores do Chimera Alternative Assets I FIDC. A consolidação desse Fundo não é aplicável às Demonstrações Financeiras em BRGAAP.

a) Ajuste IFRS 9 - Perda ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis - *Impairment*

Baseando-se na orientação fornecida pelo IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", o Banco Pine estima a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. O BRGAAP baseia-se na Resolução CMN n° 2.682/99.

b) Ajuste IFRS 9 – Diferimento de tarifas bancárias e comissões (taxa efetiva de juros)

Em consonância com o IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", as tarifas bancárias, comissões e custos financeiros que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculados ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos. Para o BRGAAP, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas, pelo regime de caixa.

c) Ajuste IFRS 16 - Aluguel (Contratos de arrendamentos)

O Banco Pine arrenda predominantemente ativos objetos dos contratos de arrendamento de negócios mobiliários e imobiliários referentes aos mecanismos de funcionamento de seu negócio. Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Banco. O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data. Para o BRGAAP, os alugueis são reconhecidos como despesa administrativa.

d) Ajuste IFRS - Ativos fiscais diferidos

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis. Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, calculados sobre os ajustes de IFRS, foram refletidos na reconciliação. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos.

47. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aumento de capital social

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de janeiro de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$93, mediante emissão de 46.362 novas ações nominativas, sendo 15.454 ordinárias e 30.908 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 02 de dezembro de 2024 a 30 de dezembro de 2024 ("Oitavo período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 27 de janeiro de 2025.

****

A DIRETORIA

CONTADOR
Breno Costa Amaral - CRC MG 074923/O-9

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
ANEXO I - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO CONSOLIDADA
(Em milhares de Reais - R$)

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Receitas	**2.683.990**	**2.412.258**
Intermediação financeira	2.946.781	2.359.827
Prestação de serviços	13.319	9.346
Provisão/(Reversão) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(346.881)	(16.271)
Outras	70.771	59.356
Despesas de intermediação financeira	**(2.333.900)**	**(1.838.048)**
Insumos adquiridos de terceiros	**(131.901)**	**(102.462)**
Materiais, energia e outros	(1.090)	(537)
Serviços de terceiros	(137.326)	(108.253)
Outros	6.515	6.328
Valor adicionado bruto	**218.189**	**471.748**
Retenções	**(14.746)**	**(5.394)**
Depreciação e amortização	(14.746)	(5.394)
Valor adicionado líquido produzido	**203.443**	**466.354**
Resultado de participações em coligadas	22.949	4.644
Valor adicionado total a distribuir	**226.392**	**470.998**
Distribuição do valor adicionado	**226.392**	**470.998**
Pessoal	**164.870**	**152.134**
Remuneração direta	70.388	63.193
Benefícios	19.193	16.813
FGTS	5.489	5.233
Outros	69.800	66.895
Impostos, taxas e contribuições	**(50.780)**	**132.516**
Federais	(58.585)	119.625
Municipais	7.805	12.891
Remuneração de capitais de terceiros	**10.568**	**8.648**
Aluguéis	10.568	8.648
Remuneração de capitais próprios	**101.734**	**177.700**
Juros sobre o capital próprio/dividendos	106.731	61.200
Lucros retidos do exercício	(4.997)	116.500

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.